



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**EDITAL DE LICITAÇÃO TRF2 Nº 37/2025**

**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

**Rua Acre, 80 – sala 1704 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000**

**Telefone: 21 2282-8682 / 2282-8016**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026 /2025**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Proc. nº 0000025-37.2024.4.02.8000**

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela **Portaria SEI DG/TRF2 Nº 76, de 21 de fevereiro de 2025**, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**Data: 29 de Maio de 2025**

**Horário (de Brasília): 13:00h**

**Local: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência e Apêndices: Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo; Níveis Mínimos de Serviço e Cálculo de Pagamento ;

Anexo II - Planilhas de Formação de Preços;

Anexo III - Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

Anexo IV - Declaração de acordo com o artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ;

Anexo V - Declaração de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução 9 de 06.12.2005 do CNJ;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Contratos Firmados;

Anexo VII - Minuta de Ata de Registro de Preços

**1 - OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação presencial de serviços para projetos de desenvolvimento e de manutenção de software com práticas ágeis, para a Justiça Federal da 2ª Região, sob demanda, por meio de Ordem de Serviço emitida pela Contratante, **através do Sistema de Registro de Preços**, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, conforme quadro abaixo:

Item	Perfil do Posto de Trabalho	Quantidade Máxima	Turno e Carga Horária
1	Analista-Programador Java nível Sênior	8	Diurno (8h)
2	Analista-Programador PHP nível Sênior	14	Diurno (8h)
3	Analista-Programador Python e IA nível Sênior	4	Diurno (8h)
4	Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior	2	Diurno (8h)
5	Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior	2	Diurno (8h)

1.1 Fica a critério do Contratante a alocação ou não da totalidade dos postos previstos em função da demanda e disponibilidade orçamentária ao longo da execução do Contrato.

1.2 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e deverá ser adjudicado a uma única licitante.

## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.1.1.– A obtenção dos benefícios contemplados na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabela de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.8 - Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa - RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.8.1 - A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura, venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.8.2 - Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de

ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.8.3 - A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO**

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

### **4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, conforme modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II, deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:**

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a **assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato**, assim

como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Preços mensal e anual, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme modelo de Planilha de Preços, constante do ANEXO II deste edital;

5.1.5.1 - Em caso de licitações por lote ou por valor total cujo objeto seja detalhado em subitens, conforme constante no Anexo II deste edital, deverá ser observado na proposta o valor estimado em cada uma das frações de preço;

5.1.6 - Deverá ser apresentada junto com a proposta a Planilha contendo especificações detalhadas da composição do custo e formação do preço final de cada categoria profissional, nos termos da planilha orientativa constante do Edital.

5.1.6.1 - Deverá ser apresentada junto com a proposta Cópia do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho utilizada como base na formulação da proposta.

5.1.7 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes aos serviços deverão estar incluídas no preço proposto;

5.1.8 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I;

5.1.9 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.10 - **Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:** 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do TRF - 2ª Região, desde que comprovado que o preço é vantajoso;

5.1.11 - **Prazo de vigência do contrato:** 1 (um) ano contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do contrato pelo Contratante, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 107 da Lei nº 14.133/2021;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.9 a 5.1.11, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do Sistema *Compras.gov.br*.

5.3.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O Pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.

5.4 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos/serviços no *Compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.3.1 - Nesta hipótese, será facultado à licitante o prazo de até 5 (cinco) dias, contados da intimação, para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

## **6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.9 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.10 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no artigo 25 do Decreto nº 11.462/2023.

6.10.1 - Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata, facultando-se à Administração, independentemente do cancelamento da Ata e a qualquer tempo, iniciar outro processo licitatório

## **7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)**

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor unitário e total do objeto**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, 1% (um por cento), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.

7.12 - A apresentação de novas propostas na forma dos subitens 7.10 e 7.11 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.13 - Definido o resultado do julgamento, após realizados os procedimentos previstos no item 8, quando couber, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.13.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.13.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## **8 - DO PROCEDIMENTO**

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **menor preço total e por item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.3.1 - Na hipótese do certame não ser exclusivo para microempresa ou empresa de pequeno porte, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma;

8.3.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora;

8.3.3 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.3.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.3.5 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.3.6 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.5 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o seguinte critério de desempate:

8.5.1 - Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.6 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.6.1 - Empresas brasileiras;

8.6.2 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.6.3 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.7 – Tendo em vista que os incisos II a IV do artigo 60 da Lei nº 14.133/21, que trata dos critérios de desempate, ainda dependem de maior regulamentação, fica estabelecido que, aplicado o inciso I do referido artigo e persistindo o empate, após a aplicação dos critérios estabelecidos na Lei nº 14.133/2022, utilizar-se-á



o sorteio como critério de desempate, no sistema Compras.gov.br, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

8.7.1 – Ainda que não haja o comparecimento de interessados, o sorteio eletrônico ocorrerá na data e horários previamente marcados.

8.7.2 – O relatório do sorteio eletrônico será anexado aos autos do processo administrativo e divulgado aos licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os demais procedimentos previstos neste item 8, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **menor preço total e por item**, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - O pregoeiro, constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.15 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

## **9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

## **9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio .

## **9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019, 103/2021 e Portaria nº 20/2023);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

**9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:**

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.4.9 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.10 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.11 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério do TRF – 2ª Região, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.12 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.11, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

## **9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, cópia(s) de contrato(s)/nota(s) de empenho, registro(s) em órgãos oficiais, ou outro(s) documento(s) idôneo(s), que ateste(m), no mínimo, 2 (dois) anos de experiência da licitante na execução de serviços de desenvolvimento de software.

9.5.1.1.1 - Juntamente ao(s) documento(s) apresentado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor/subscritor e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.2 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.2.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.5.2.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.5.2.2.1- Na hipótese do subitem 9.5.2.2, caso o consorciado não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio, de modo a comprovar sua participação

9.5.3 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

## **9.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.6.1 - Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativos aos dois últimos exercícios sociais, assinados pela ou pelo representante legal e pela ou pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.6.1.1 - Os documentos referidos no subitem anterior limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos.

9.6.1.2 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.6.2 - Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, datadas de até 90 (noventa) dias anteriores à apresentação da proposta de preços.

9.6.3 - Os documentos exigidos nos subitens 9.6.1 deverão comprovar:

9.6.3.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

9.6.4 - Relação de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura do procedimento licitatório, contendo o nome do contratante, do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), a data de assinatura do contrato, a vigência e o valor anual do contrato, ou, se o contrato tiver sido assinado com vigência inferior a 12 (doze) meses, o valor total do contrato, conforme ANEXO VI.

9.6.5 - O valor total da relação de contratos de que trata o subitem o 9.6.4, que apresentar divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação ao valor da receita bruta apresentado na DRE, deverá estar acompanhado das devidas justificativas a respeito da divergência.

9.6.6 - A Administração fixará prazo para apresentação das justificativas de que trata o subitem 9.6.4, quando não forem entregues concomitantemente à documentação exigida no processo licitatório.

**10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro de Preços correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF - 2ª Região, na época da realização da despesa.

PROGRAMA DE TRABALHO	PTRES	ELEMENTO DE DESPESA
02.061.0033.4257.6013	168.420	3.3.90.40.07 e 4.4.90.40.01

## **11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

11.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br) , até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

11.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

## **12 - DOS RECURSOS**

12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2 - A falta de manifestação imediata da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro aceitar a proposta e habilitar a(s) licitante(s) vencedora(s).

12.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## **13 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, constante do Anexo VII deste Edital, podendo, posteriormente, ser convocada para retirar nota de empenho/assinar contrato, preferencialmente junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

13.1.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.2 - A convocação de que trata o subitem 13.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez, mediante solicitação apresentada dentro do prazo e

devidamente justificada pela licitante, que deverá ser aceita pelo TRF - 2ª Região, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

13.3 - No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

13.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

13.4.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

13.4.2 - A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo Órgão ou entidade interessada por meio de contrato ou emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, os quais deverão ser assinados no prazo de vigência da ata de registro de preços.

13.4.3 - O TRF - 2ª Região não está obrigado a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.4.4 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

13.5 - Desde que atendidos os pressupostos da lei, será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens/serviços com preços iguais aos da licitante vencedora, seguido pelas licitantes que mantiveram sua proposta original, segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

13.6 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

13.6.1 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens/serviços com preços iguais aos da adjudicatária anuir a contratação, serão convocadas as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço da adjudicatária.

13.6.2 - Caso frustrada a negociação de melhor condição, nos termos do subitem 13.6.1, será realizada a adjudicação e firmado o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

13.7 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços/do Contrato.

### **13.9- GARANTIA CONTRATUAL**

13.9.1 – Na hipótese de exigência de prestação de garantia contratual, que constará, se for o caso, da minuta do termo de contrato, a Contratada ficará obrigada a apresentar a garantia no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato a ser firmado, seja qual for a modalidade escolhida dentre as previstas no §1º do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021.

13.9.1.1- A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

13.9.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.9.2.1- Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

13.9.2.2- Multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;

13.9.2.3- Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.9.2.4 - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

13.9.2.5 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor mensal do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.9.3 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, a título de garantia.

13.9.3.1 - O bloqueio efetuado com base no subitem 13.9.3 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA;

13.9.3.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 13.9.3 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.9.4 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

13.9.5 - Na hipótese de opção por seguro-garantia, deverá ser apresentada a respectiva Apólice no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do §3º, do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021.

13.9.6- Em caso de contrato com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação do percentual previsto no subitem 13.9.1.

13.9.7- O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF - 2ª Região com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

13.9.8 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

13.9.9 - Será considerada extinta a garantia:

13.9.9.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.9.9.2 - Com a extinção do contrato.

13.9.10 - O TRF - 2ª Região não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

13.9.10.1 - Caso fortuito ou força maior;

13.9.10.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo TRF - 2ª Região;

13.9.10.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

13.9.10.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do TRF - 2ª Região;

13.9.11 - Caberá ao TRF - 2ª Região apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 13.9.10.2 e 13.9.10.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo.

## **14 - DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1 - O TRF - 2ª Região é o Órgão gerenciador responsável pela condução dos procedimentos de registro de preços e pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, cuja vigência será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por igual período, a critério do TRF- 2ª Região, desde que comprovado o preço vantajoso.

14.2 - Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o TRF - 2ª Região designará servidor/equipe para exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato.

14.3 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado quando:

14.3.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

14.3.2 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo TRF - 2ª Região, sem justificativa razoável;

14.3.3 - Não aceitar manter o preço registrado, na hipótese de indeferimento de pedido de alteração, nos termos do artigo 27, §2º, do Decreto nº 11.462/2023;

14.3.4 – Sofrer sanção prevista no artigo 156, incisos III ou IV, da Lei nº 14.133/2021;

14.3.4.1 - Caso a penalidade não ultrapasse o prazo de vigência da Ata, o Órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.4 - O cancelamento do registro do fornecedor será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

14.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.6 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão gerenciador na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

14.6.1 - Existência de razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;

14.6.2 - A pedido do fornecedor, mediante comprovação de que está impossibilitado de cumprir as



exigências desta Ata, devido à ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

14.6.3 - Ausência de êxito nas negociações para adequação do preço registrado ao preço praticado pelo mercado, nos termos do artigo 26 §3º, e do artigo 27 §4º, do Decreto nº 11.462/2023.

14.7 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo Órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e os órgãos da Administração Pública Federal não participantes do registro de preços, da seguinte forma.

14.7.1 - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

14.7.2 - de órgão ou entidade participante para órgão da Administração Pública Federal não participante.

14.8 - O Órgão gerenciador será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o subitem 14.7, na hipótese de haver estimativa das quantidades que pretende contratar;

14.9 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão da Administração Pública Federal não participante, serão observados os limites previstos nos subitens 15.2 e 15.3.

14.10 - O remanejamento de que trata o subitem 14.7 deve ser solicitado pelo órgão interessado e autorizado pelo Órgão gerenciador, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência deste(a).

14.11 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens

## **15 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1 - Os órgãos **da Administração Pública Federal** que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

15.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

15.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

15.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

15.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme subitem 15.4.

15.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, por órgão da Administração Pública Federal, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes.

15.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos da Administração Pública Federal não participantes que aderirem. (artigo 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023)

15.3.1 - O limite referenciado no item 15.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, § 2º, do Decreto nº 11.462/2023.

15.4 - Os órgãos da Administração Pública Federal que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 15.1.3;

15.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

15.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

15.6 - Ao órgão da Administração Pública Federal não participante que aderir à Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.7 - O órgão da Administração Pública Federal não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

15.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

15.9 – É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

15.10 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste Edital.

## **16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

16.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte maneira:

16.1.1 - Provisoriamente – pelo Fiscal Técnico, mediante o registro de recebimento do documento fiscal no Portal do SIGEO, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

16.1.2 - Definitivamente - Pelo gestor do Contrato e pelo fiscal requisitante, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

16.1.2.1 – O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

16.1.3 – As condições em que serão realizados o recebimento provisório e o recebimento definitivo do objeto estão descritas no item 27 do Termo de Referência.

16.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

16.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou

incorreções;

16.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas no art. 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

16.5 - Após a celebração do contrato, o TRF-2ª Região designará servidor(es) para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

## **17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

17.1 – O pagamento será efetuado mensalmente, conforme Anexo VI, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

17.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

17.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

17.1.3 - Para fins do disposto no subitem 17.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

17.2 - O documento fiscal referente à contratação deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal SIGEO – JT, para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento, cujos procedimentos serão registrados no mencionado sistema.

17.2.1 - Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a Contratada terá acesso ao Portal SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

17.2.2- A Contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO – JT, visando à apresentação do documento fiscal.

17.2.3 – Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente via SIGEO.

17.2.4 – Caso já exista cadastro realizado pela Contratada vinculado a outro Órgão, deverá ser procedida a regularização, de modo que seja alterada sua vinculação para este Tribunal;

17.2.4.1– Caso o cadastro existente tenha sido feito por outro Órgão, o fornecedor deverá diligenciar junto ao referido Órgão, no sentido de que lhe seja atribuída a responsabilidade pelo próprio cadastro, de modo que possa prosseguir com a nova vinculação.

17.2.5 - Os documentos abaixo descritos deverão ser enviados para o e-mail [notafiscal@trf2.jus.br](mailto:notafiscal@trf2.jus.br):

17.2.5.1 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos profissionais da empresa contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante;

17.2.5.2 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos trabalhadores, controlada pelo contratante, através de folha de ponto/relatório de ponto biométrico, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre

este valor.

17.2.5.3 - A folha de pagamento e os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;

17.2.5.4 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

17.2.5.5- Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário;

17.2.5.6- Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

17.2.5.7 - Comprovantes de auxílio alimentação/refeição dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

17.2.5.7.1 - A comprovação da entrega de auxílio alimentação/refeição dar-se-á com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os empregados da Contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela mesma à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos empregados constante do Contrato, contendo o valor do auxílio alimentação, data de recebimento e assinatura dos profissionais.

17.2.5.8 - Quadro resumo de frequências e faltas referentes ao mês;

17.2.5.9 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;

17.2.5.10 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador, com a devida homologação pela entidade sindical, se for o caso;

17.2.5.11 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Edital e no Contrato;

17.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

17.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nºs 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.

17.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;

17.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

17.6 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

17.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 17.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

17.6.2. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a

CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

## **18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

18.1 - A disciplina relativa às obrigações da Contratada está prevista no Contrato - Anexo VIII deste Edital.

18.2 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

18.2.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo (s) empregado(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo VI do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração;

18.3 – O prazo máximo para apresentação das declarações e certidões mencionadas nos subitens 4.1.5.1 e 4.1.6.1 será de 30 (trinta) dias a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato pelo Contratante.

18.4 – Observar e cumprir as exigências acerca da qualificação e formação técnica dos profissionais envolvidos na execução do contrato, descritas no item 32 do Termo de Referência.

18.5 – Observar e cumprir todas as cláusulas constantes do Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico e da Ata de Registro de Preços, no que lhe for pertinente.

18.6 - A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21.

18.7 - Em cumprimento à Resolução nº 497, de 14 de abril de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, a Contratada deverá reservar, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas para as mulheres incluídas em uma das seguintes situações:

I – mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar;

II – mulheres trans e travestis;

III – mulheres migrantes e refugiadas;

IV – mulheres em situação de rua;

V – mulheres egressas do sistema prisional; e

VI – mulheres indígenas, camponesas e quilombolas.

18.7.1 - Pelo menos metade do total de vagas reservadas deverão ser destinados a mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar.

18.7.2 - As demais vagas reservadas deverão ser preenchidas por mulheres integrantes dos grupos indicados nos incisos II a VI do subitem 4.1.11, cabendo a definição ao Tribunal ou Conselho, observadas as peculiaridades regionais.

18.7.3 - As vagas serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas.

18.7.4 - O percentual mínimo de mão de obra estabelecido no subitem 4.1.11 deverá ser mantido durante

toda a execução contratual.

18.8 - A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto no subitem 4.1.11.

18.9 - A aplicação da política do subitem 4.1.11 ficará sujeita ao estabelecimento de parcerias, por meio de convênios, acordo de cooperação técnica ou outros instrumentos, com instituições públicas, organizações da sociedade civil ou, ainda, com outros organismos e instituições credenciadas que atuem na atenção aos grupos mencionados, que se encontram em fase de tratativas no Contratante.

18.10 - A Contratada está obrigada a viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

18.11 - A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização.

18.12 - Será considerada falta grave, caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, e o não recolhimento do FGTS dos empregados que poderá dar ensejo à rescisão da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do inciso III do art. 156 da Lei 14.133/21.

## **19 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

19.1 - A disciplina relativa às obrigações do Contratante está prevista no Contrato - Anexo VIII deste Edital.

## **20 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS**

20.1 - A disciplina relativa ao recolhimento dos encargos trabalhistas está prevista no Contrato - Anexo VIII deste Edital.

## **21 - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE**

21.1 - A disciplina relativa à repactuação e ao reajuste de preços está prevista no Contrato - Anexo VIII deste Edital.

## **22 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO**

22.1 - A disciplina relativa à fiscalização do contrato está prevista no Contrato - Anexo VIII deste Edital.

## **23 - DAS SANÇÕES**

23.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

23.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

23.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.5 - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 23.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 23.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- 23.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 23.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 23.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 23.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 23.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 23.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 23.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 23.1.2, 23.1.3, 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6 e 23.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ;
- 23.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 23.1.8, 23.1.9, 23.1.10, 23.1.11 e 23.1.12 acima, bem como nos subitens 23.1.2, 23.1.3, 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6 e 23.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 23.2.2.
- 23.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 23.2.4 - **Multa:**
- 23.2.4.1 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 23.2.4.2 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 23.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante .
- 23.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa .
- 23.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 23.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;
- 23.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;
- 23.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 23.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,5% e 30%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa

compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

23.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

23.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

23.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

23.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

23.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

23.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **24. - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS:**

24.1 - A presente Cláusula tem por objeto atender aos dispositivos consignados na Lei nº 13.709/2018, e nas Resoluções nº 363 de 12/01/21 do CNJ e nº TRF2-RSP-2022/00031 de 01/04/2022 deste E. Tribunal.

### **24.2 - DOS AGENTES DE TRATAMENTO:**

24.2.1 - Para efeitos de proteção dos dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato o Contratante e a Contratada assumem as obrigações de controladores de dados, na forma de controladoria conjunta, dada a convergência das finalidades do tratamento de dados pessoais no âmbito contratual.

### **24.3 - DAS OBRIGAÇÕES:**



24.3.1 - As Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais coletados de acordo com a legislação vigente aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 13.709/2018, a Lei nº 12.965/2014 e o Decreto nº 8.771/2016 (Marco Civil da Internet), no que couber.

24.3.2 - Ficam as Partes obrigadas a adotar medidas de segurança, técnicas e organizacionais apropriadas contra o tratamento de dados não autorizado ou ilegal, a perda, a destruição acidental ou eventuais danos aos dados pessoais, incluindo as medidas estabelecidas em Políticas de Privacidade compatíveis com os ditames da lei (artigo 46, da LGPD).

24.3.3 - As partes garantem que:

a) o tratamento de dados pessoais será feito conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

b) o tratamento de dados pessoais será limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades da contratação, vedado às partes a utilização e/ou o compartilhamento dos dados pessoais para finalidade diversa, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal (artigo 6º incisos I, II e III, artigo 7º, § 3º da LGPD).

c) o eventual compartilhamento dos dados pessoais com outras empresas ou pessoas, na forma acima, deve se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual ou conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11, 14 e/ou 23 da Lei 13.709/2018.

d) será mantido registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizam para a execução deste contrato. A Contratada deverá disponibilizar ao Contratante, sempre que solicitado, toda informação e documentação necessárias para demonstrar cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato ou na legislação pertinente.

24.3.4 - A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados, servidores e/ou colaboradores acerca das obrigações e condições acordadas neste instrumento contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Contratante, cujas regras deverão ser aplicadas ao tratamento dos dados pessoais por eles realizados. A Contratada responsabiliza-se por eventuais descumprimentos.

24.3.5 - A Contratada deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Contratante relativos aos dados pessoais, em caso de desligamento do empregado, servidor e/ou colaborador das atividades inerentes à execução deste Contrato.

24.3.6 - As Partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares, nos termos previstos na LGPD e na legislação de regência, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, do Ministério Público, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais órgãos de controle.

24.3.7 - A Contratada deverá comunicar por escrito ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente que implique risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao Contratante as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.

a) A Contratada poderá enviar informações de forma gradual somente no caso em que não disponha imediatamente de todas as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD.

24.3.8 - Em caso de subcontratação, a Contratada garante a assunção das obrigações referentes à proteção de dados pessoais pela subcontratada, devendo os serviços prestados por esta ser executados de acordo com o disposto neste contrato. A Contratada assume responsabilidade administrativa e civil pelos atos por praticados pela subcontratada.

## 24.4 - DA RESPONSABILIDADE:

24.4.1 - Eventual responsabilidade das Partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e em consonância com as disposições constantes da Seção III, Capítulo VI da LGPD.

24.4.2 - As Partes responderão administrativa e judicialmente se causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares dos dados pessoais tratados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD e à legislação de regência.

## 24.5 - DO TÉRMINO DO TRATAMENTO:

24.5.1 - Encerrada a vigência do Contrato ou sendo verificado que os dados pessoais deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade, as Partes se comprometem a eliminar todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal, exercício regular de direito ou outra hipótese prevista na LGPD ou na legislação pertinente.

24.5.2 - Na hipótese de ajuizamento de ação trabalhista, as partes estão autorizadas a guardar os dados pessoais até o trânsito em julgado ou, sendo o caso, até a quitação dos valores devidos

24.5.3 - A eliminação dos dados abrange todas as cópias existentes, em formato digital ou físico.

## 25 - DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

25.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2024.

25.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2024.

25.3 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

25.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

25.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

25.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

25.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**, Coordenador em exercício, em 13/05/2025, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0964404** e o  
código CRC **9C1AC259**.

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/20XX**  
Processo nº SEI 0000025-37.2024.4.02.8000

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 1.1. Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação presencial de serviços para projetos de desenvolvimento e de manutenção de software com práticas ágeis, para a Justiça Federal da 2ª Região, sob demanda por meio de Ordem de Serviço emitida pela Contratante, conforme quadro abaixo:

Item	Perfil do Posto de Trabalho	Quantidade Máxima	Turno e Carga Horária
1	Analista-Programador Java nível Sênior	8	Diurno (8h)
2	Analista-Programador PHP nível Sênior	14	Diurno (8h)
3	Analista-Programador Python e IA nível Sênior	4	Diurno (8h)
4	Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior	2	Diurno (8h)
5	Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior	2	Diurno (8h)

- 1.1.1. Fica a critério do Contratante a alocação ou não da totalidade dos postos previstos em função da demanda e disponibilidade orçamentária ao longo da execução do Contrato.
- 1.1.2. O objeto desta licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

**2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS**

- 2.1. A licitante deverá apresentar proposta de preços conforme modelo constante do ANEXO IV, contendo discriminação detalhada do serviço ofertado, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso, juntamente com a planilha de custos e formação de preços para cada perfil profissional, conforme ANEXO V.

**3. DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. As demandas sociais e a velocidade exigida na criação, adequação e evolução dos sistemas de informação utilizados e oferecidos pela Contratante passam pelo crivo de gerar melhores resultados, ante um cenário com recursos mais escassos. Sabe-se que a relação otimizada das áreas de negócio com as ferramentas de software é primordial para a melhoria efetiva dos processos de trabalho e dos resultados entregues para a sociedade.
- 3.2. Diante da forte necessidade de atender novas demandas, desenvolvendo ou atualizando os mais de 100 sistemas de informação utilizados na Contratante, derivada dos reflexos das leis ao fenômeno de transformação digital, tais como a lei de acesso à informação e de proteção de dados, avolumou a quantidade de entregas a cargo da área técnica de TIC da Contratante.
- 3.3. Adicionalmente, verifica-se nova dinâmica dos processos de trabalho da Contratante e a disponibilização de novas tecnologias que, sinergicamente, geram novos requisitos de negócio, que exigem soluções amparadas em codificação de software, de forma mais tempestiva e responsiva.
- 3.4. O acompanhamento do esforço necessário (HD – Homens Dia) para atendimento das demandas, mostra-se aquém do necessário, gerando impacto nas entregas e impedindo melhorias tempestivas nas condições de trabalho.
- 3.5. Assim, trata-se inicialmente da garantia das condições de evolução e produção de soluções baseadas em TIC, no âmbito das demandas próprias da Contratante e, em especial, de sua atuação como Área de Gestão Superior do uso dos recursos de tecnologia de informação no Poder Judiciário da 2ª Região.
- 3.6. Diante das dificuldades mencionadas, solicita-se a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desenvolvimento e de manutenção de software com práticas ágeis para a Contratante.

**4. DOS RESULTADOS/BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS**

- 4.1. Introduzir no processo de geração de soluções e serviços institucionais, recursos adequados às demandas atuais e projetadas relacionadas ao desenvolvimento, evolução e sustentação de sistemas de informação que atendem as áreas de negócio da Contratante;
- 4.2. Adequar a metodologia de produção de software aos conceitos e padrões de governança e gerenciamento de projetos adotados no âmbito da STI, promovendo maior *compliance* e convergência nas condições de geração e controle de informações e no consumo de conhecimento altamente especializado;
- 4.3. Suportar e apoiar a análise e os estudos relacionados ao processo de evolução, implementação e integração de sistemas, em especial o eProc, garantindo maior alinhamento com os objetivos estratégicos da Contratante;
- 4.4. Suportar e avaliar o processo de elaboração e ajustes do PDTI, PETI e demais artefatos similares no âmbito da Contratante (avaliação, revisão, apoio geral no planejamento e comunicação);
- 4.5. Auxiliar no planejamento e controle dos gastos de TIC, bem como nas ações de otimização de seus custos.

## 5. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF

- 5.1. Esta contratação está alinhada ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, instituída pela Resolução CJF nº 851, DE 23 de novembro de 2023, por meio dos objetivos “01 - Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal” e “03 - Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal”.

## 6. DA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO:

- 6.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) nº TRF2 0000107 (SEI) e os Estudos Preliminares (artefatos constantes) no processo nº SEI 0000025-37.2024.4.02.8000.

## 7. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

- 7.1. Tendo em vista os estudos e preparativos graduais para o redimensionamento da força de trabalho da STI, fazendo frente ao atendimento das diversas demandas priorizadas pela instituição, continuidade dos sistemas em produção, sustentação e evolução dos serviços existentes e atualizações tecnológicas, estabeleceu-se como parâmetro a instituição de uma equipe ágil por setores existentes nas respectivas áreas interfuncionais DIPRO (Divisão de Suporte a Sistemas Processuais) e SINP (Subsecretaria de Sistemas de Informação).

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

- 8.1. Considerando a impossibilidade de um crescimento imediato no número de servidores da STI especializados nessa área, faz-se necessário buscar meios alternativos de atender a essa necessidade. Desse modo, vislumbramos que a maneira mais rápida de suprir essa demanda é pela execução indireta por meio da contratação dos serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas.
- 8.2. Essa abordagem está alinhada com o levantamento sobre a aplicação de metodologias ágeis no desenvolvimento de software, conforme o Acórdão 2314/2013 - TCU Plenário. A metodologia ágil de desenvolvimento de software é definida como um conjunto de métodos, processos e frameworks orientados pelos valores e princípios estabelecidos no Manifesto Ágil.
- 8.3. O TCU, por meio do Acórdão nº 2.362/2015 - TCU Plenário, avaliou a eficácia e eficiência do modelo de contratação de desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados utilizando métodos ágeis. Constatou-se que, nos órgãos avaliados, os sistemas desenvolvidos com base em métodos ágeis apresentaram entregas mais rápidas e com maior qualidade em comparação aos métodos tradicionais (§ 191 e seguintes). Além disso, o estudo realizado pelo TCU constatou que a contratação por escopo amplo é viável, de acordo com as melhores práticas de mercado (§§ 41 a 57), evitando a necessidade de criar processos licitatórios individuais e custosos para cada contratação de desenvolvimento de software. O TCU também identificou a redução da especialização da equipe terceirizada e o desconhecimento da complexidade dos sistemas a serem desenvolvidos como riscos associados à contratação por escopo amplo.
- 8.4. A Portaria nº 5651/2022 - SGD/ME recomenda a adoção de práticas ágeis para o desenvolvimento e manutenção de sistemas. Esse modelo permite que as equipes de desenvolvedores trabalhem em estreita

- colaboração com os usuários, com o objetivo de aprimorar a comunicação, aumentar a eficiência e aprofundar o conhecimento sobre o negócio da instituição.
- 8.5. Ao utilizar esse modelo, é possível acompanhar a prestação de serviços, identificar deficiências e não conformidades que possam prejudicar a qualidade e, conseqüentemente, definir ajustes necessários nos processos de trabalho.
- 8.6. O pagamento é realizado mensalmente, somente após a avaliação dos resultados obtidos. Trata-se de um modelo de contratação que prioriza a adoção de um regime de execução baseado em unidades de medida, permitindo a quantificação do serviço a ser contratado e a posterior medição dos resultados proporcionados pela contratada.
- 8.7. No contexto da Administração Pública, as práticas ágeis foram adotadas para se contrapor às falhas encontradas nos contratos baseados em remuneração por postos de trabalho ou em pontos de função.
- 8.8. Atualmente, a STI é responsável pelo desenvolvimento e manutenção de mais de 100 (cem) sistemas de informação na Contratante. Esses sistemas atendem tanto às demandas administrativas e judiciais internas quanto aos usuários externos, ou seja, os jurisdicionados.
- 8.9. Por efeito da necessidade de atender novas demandas, seja por desenvolvimento ou atualização dos mais de 100 sistemas de informação utilizados na Contratante, proveniente dos reflexos das leis ao fenômeno de transformação digital, tais como a lei de acesso à informação e de proteção de dados, aumentou a quantidade de entregas a cargo da área técnica de TIC da Contratante.
- 8.10. A contratação da prestação dos serviços também deverá observar os seguintes requisitos:
- 8.10.1. O processo de desenvolvimento de software privilegiará o processo Ágil, baseado no SCRUM, sempre que possível, podendo ser adotado outro processo, a critério do CONTRATANTE.
- 8.10.2. A CONTRATADA deverá realizar contagem pela métrica de ponto de função do que foi entregue nos sprints, chamados ou do que foi produzido mensalmente em cada ordem de serviço, para fins de verificação da produtividade dos profissionais exigida no contrato.
- 8.10.2.1. A medição do tamanho funcional em Pontos de Função do software desenvolvido, para fins de aferição do cumprimento dos níveis de serviço, será de responsabilidade da Contratada e será realizada conforme Roteiro de métricas de Software do SISF versão 2.3 ou superior.
- 8.10.2.2. A realização desta atividade não reduzirá a produtividade esperada nem os demais níveis mínimos de serviço exigidos (Anexo VI - Níveis Mínimos de Serviço e Cálculo de Pagamento), devendo o seu custo ser incluído pela Contratada na sua proposta de preços.
- 8.10.2.3. O profissional da Contratada que estiver desenvolvendo o software deverá repassar as informações necessárias ao especialista que realizará a medição do seu tamanho funcional e também à equipe do Contratante que fará a sua validação. As informações devem ser descrições textuais podendo ser acompanhadas de diagramas, recursos gráficos, multimídia ou outros que expliquem com clareza o funcionamento do software a ser mensurado.
- 8.10.2.4. A seu critério, o Contratante poderá validar e considerar, para fins de aferição de níveis de serviço, somente parte da medição em tamanho funcional apresentada pela Contratada, desde que a não conferência do restante não ocasione prejuízo no pagamento devido à Contratada.
- 8.10.2.5. As medições realizadas pelo especialista da Contratada deverão ser registradas no sistema de controle de demandas utilizado pelo Contratante para cada demanda apresentada em formato pré-estabelecido.
- 8.10.2.6. A medição, por padrão, será realizada baseada no método de Medição Estimada, estando previsto o uso da Medição Detalhada para dirimir eventuais dúvidas na contagem. Caso o Contratante identifique inconsistências na contagem apresentada, essa será devolvida à Contratada para os devidos ajustes.
- 8.10.2.7. Divergências técnicas a respeito das contagens realizadas deverão ser sanadas diretamente entre o especialista da Contratada e o Contratante. Cabe à Contratante o posicionamento técnico final sobre o tema.
- 8.10.2.8. A definição de fronteiras entre aplicações, para fins de utilização da técnica de pontos de função, é de responsabilidade exclusiva do Contratante.
- 8.10.2.8.1. A evolução das aplicações, entrada em produção de novas aplicações ou mudanças de requisitos dos usuários podem representar

alteração nas fronteiras das aplicações. Uma nova definição de fronteiras apenas será utilizada nas medições após a sua disponibilização para a Contratada.

8.10.2.8.2. O prazo previsto de entrega dos projetos deve seguir a tabela abaixo.

1. Prazo máximo de desenvolvimento por faixa de tamanho		
2. Tamanho do Projeto (em PF)	3. Tamanho do projeto (em EF)	4. Prazo máximo (em dias úteis)
5. Até 10	6. Até 7,50 EF	7. 10 dias
8. De 11 a 20	9. De 7,51 a 15,00	10. 20 dias
11. De 21 a 30	12. De 15,01 a 22,50	13. 30 dias
14. De 31 a 40	15. De 22,51 a 30,00	16. 40 dias
17. De 41 a 50	18. De 30,01 a 37,50	19. 50 dias
20. De 51 a 60	21. De 37,51 a 45,00	22. 60 dias
23. De 61 a 70	24. De 45,01 a 52,50	25. 70 dias
26. De 71 a 85	27. De 52,51 a 60,00	28. 88 dias
29. De 86 a 99	30. De 60,01 a 67,50	31. 104 dias

O método utilizado para estimar o prazo máximo dos projetos com tamanho superior ao constante da tabela acima é dado pela seguinte fórmula:  $T = V^{0,35}$   
T: prazo máximo de desenvolvimento em meses  
V: tamanho funcional do projeto

## 9. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS E ANÁLISE DE MERCADO DE TIC

- 9.1. Considerando as necessidades e requisitos da demanda, visualizaram-se no mercado de TIC duas alternativas de solução:
- 9.1.1. Solução 1: Contratação de serviços técnicos especializados no desenvolvimento de software;
- 9.1.2. Solução 2: Desenvolvimento Interno pela SINP/STI.
- 9.2. Houve a constatação de que a primeira solução apresenta elementos que embasam sua escolha como solução mais vantajosa para a Contratante, conforme demonstrado no ETP.
- 9.3. Considerando a contratação de serviços técnicos especializados no desenvolvimento de software como solução mais vantajosa, foi efetuada pesquisa de preços com objetivo de identificar contratações similares efetuadas por órgãos públicos federais ou instituições públicas. Assim, foram encontrados os seguintes editais:
- 9.3.1. Órgão 1 – STJ – Resumo do Contrato nº 023/2023 CONTRATANTE: Superior Tribunal de Justiça. CONTRATADA: SPASSU TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. OBJETO: Contratação de prestação de serviços continuados de desenvolvimento, evolução e sustentação de software com uso de metodologia e práticas ágeis em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em regime de teletrabalho por jornada, para o Superior Tribunal de Justiça – STJ – Processo nº STJ 40011 2021 1/PROT - Edital de Pregão Eletrônico nº 065/2022. VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 25.033.437,00 (vinte e cinco milhões, trinta e três mil e quatrocentos e trinta e sete reais). VIGÊNCIA: 20 (vinte) meses a contar do dia 10/04/2023, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes e observado o prazo máximo de 60 (sessenta) meses. SIGNATÁRIOS: Alessandra Cristina de Jesus Teixeira – Secretária de Administração/STJ; Marco Antônio Malini Lamago – Diretor Presidente – Spassu Tecnologia e Serviços S/A.
- 9.3.2. Órgão 2 – TRF1 – Resumo do Contrato nº 01/2023 CONTRATANTE: Tribunal Regional Federal da 1ª Região. CONTRATADA: TTY2000 Tecnologia e Sistemas Ltda. OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de posto de trabalho, com mensuração de resultado, para prestação dos serviços de desenvolvimento de novas soluções, bem como, evolução e sustentação de sistemas, de forma presencial, utilizando práticas ágeis, de acordo com quantidades e condições previstas no Edital e seus Anexos. VALOR GLOBAL: R\$ 4.449.110,00 (quatro milhões,



quatrocentos e quarenta e nove mil e cento e dez reais). Pregão Eletrônico nº 43/2022. SIGNATÁRIOS: Estela Maria Barbosa da Cruz – Diretora-Geral da Secretaria do TRF1 (em exercício); Antônio Lúcio Martins – Diretor-Presidente (contratada).

9.3.3. Órgão 3 – TRF3 – Resumo Contrato nº 04.056.10.2023. CONTRATANTE: Tribunal Regional da 3ª Região. CONTRATADA: NTL Nova Tecnologia Ltda. OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de desenvolvimento e de manutenção de software, com mensuração de resultados e aferição de níveis mínimos de serviço, através de práticas ágeis, pelo período de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei e a critério da Administração, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital - 10221440), na Proposta Comercial Ajustada (10378568) da CONTRATADA e Planilha de Custos e Formação de Preços - Retificada (10380057). Pregão Eletrônico nº 41/2023. VALOR GLOBAL: 20.997.135,39 (vinte milhões, novecentos e noventa e sete mil, cento e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos). SIGNATÁRIOS: Desembargadora Federal Marisa Ferreira dos Santos – Presidente – TRF3; Marcos Antonio Correa Guinancio - Sócio Diretor.

9.3.4. Órgão 4 – CNJ – Resumo Contrato nº 13/2021. CONTRATANTE: Conselho Nacional de Justiça. CONTRATADA: BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. OBJETO: prestação presencial de serviços, sob demanda, de desenvolvimento e manutenção de software com práticas ágeis, observados o Edital, o Termo de Referência e seus Anexos. Pregão Eletrônico nº 01/2021 - Processo SEI n. 05539/2021. VIGÊNCIA: 20 (vinte) meses a contar de 02/08/2021, podendo ser prorrogado nos termos da lei. VALOR GLOBAL: 11.354.653,80 (onze milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos). SIGNATÁRIOS: Johaness Eck – Diretor Geral – CNJ; Antonio Miguel Negrelli – Diretor (Contratada).

Órgão 5 – TCU – Resumo Contrato 44/2018 – CONTRATANTE: Tribunal de Contas da União – TCU. CONTRATADA: STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A. OBJETO: O presente contrato tem como objeto a prestação presencial de serviços de projeto de manutenção de software com práticas ágeis, conforme tabela a seguir e especificações constantes nos anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 46/2018. VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis até o limite de 60 (sessenta) meses. VALOR GLOBAL: 23.373.210,00 (vinte e três milhões, trezentos e setenta e três mil e duzentos e dez reais). Pregão Eletrônico: 046/2018. SIGNATÁRIOS: Delenda Assunção Araújo Bruno – Secretária-Geral de Administração (Substituta Eventual); Bruna Marcucci Pedro – Representante Legal da Contratada.

9.4. Consta do Estudo Técnico Preliminar o orçamento estimado total da demanda.

9.5. Inicialmente foi identificada maior vantajosidade e economicidade na contratação dos serviços de desenvolvimento de software ágil, considerada sua capacidade de atender as áreas de negócio por meio da entrega contínua de softwares funcionais e de qualidade ao maior valor agregado possível. Percebem-se ainda outros benefícios:

9.5.1. Incremento na capacidade de acompanhamento e gestão dos técnicos da STI nos projetos de desenvolvimento de software, em conjunto com as áreas de negócio e a Contratada;

9.5.2. Redução de riscos associados aos projetos de inovação e ações de sustentação do parque de TIC da Contratante;

9.5.3. Incremento na segurança e qualidade das decisões por meio do acesso às informações qualificadas e da formação e desenvolvimento profissional das equipes da STI e diretorias associadas;

9.5.4. Conseguir dar vazão à entrega dos produtos de software dentro dos prazos e padrões estabelecidos;

9.5.5. Incremento na capacidade de planejamento e execução das atividades em cada setor e área de negócio;

9.5.6. Integração da produção de software com as metodologias e ferramentas ágeis já em utilização na STI e nas áreas de negócio, possibilitando a efetiva implantação de metodologias como PMO, COBIT e ITIL;

9.5.7. Auxílio no planejamento estratégico de TI através de maior efetividade no acompanhamento e alinhamento entre os produtos entregues e os Objetivos Estratégicos.

## 10. DA JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA

10.1. A Justiça Federal da 2ª Região, através dos esforços conjuntos da área de TI e dos especialistas de negócio, cada vez mais vem informatizando os diversos processos de negócio, muitas vezes críticos, tanto das áreas



- administrativas quanto das áreas judiciárias. Tal fato contribui muito para a celeridade do atendimento ao público jurisdicionado e advogados, além das atividades dos servidores e magistrados.
- 10.2. As crescentes demandas na área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, tanto dos sistemas processuais eletrônicos, quanto dos sistemas que suportam os processos administrativos, requerem cada vez mais profissionais de TI.
- 10.3. A contratação em tela visa possibilitar o atendimento das diversas demandas de informatização, de forma a assegurar a disponibilidade adequada de sistemas e a continuidade de muitos processos de negócio críticos, apoiar a área de sistemas no cumprimento das ações estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, refletindo, por sua vez, no alcance das metas estipuladas no PETI.
- 10.4. Há que se destacar as diretrizes e iniciativas decorrentes da Resolução CNJ 370, de 28 de janeiro de 2021, que objetiva promover a governança ágil e a transformação digital por meio de serviços e soluções digitais inovadores que impulsionem a evolução tecnológica do Poder Judiciário, confirmando a TI como área estratégica para alcance dos objetivos e metas da instituição.
- 10.5. Vale destacar que na contratação realizada em 2022, foram admitidos apenas 16 (dezesesseis) profissionais desenvolvedores, JAVA e PHP, o que se mostrou insuficiente para o total de demandas de manutenção e de desenvolvimento de projetos cadastrados na STI para serem atendidos, sendo necessária a requisição de mais 4 (quatro) profissionais, por aditamento do contrato. Ao longo da execução do atual contrato, verificou-se que ainda faltam profissionais especializados em Inteligência Artificial (e tecnologias emergentes), além de líderes técnicos de equipe, de forma a obter o maior aproveitamento possível desses profissionais para pleno atendimento das demandas do Tribunal.
- 10.6. Como o aumento da força de trabalho a STI poderá atender com maior celeridade às demandas e ações de manutenção e desenvolvimento dos sistemas.
- 10.7. As demandas de manutenção e projeto alcançam diversos sistemas, não se limitando nos listados a seguir: Sistema processual e-Proc; Sistema de gerenciamento de mandados; Sistema Documental e seus módulos (ex: SEI); Juiweb, SERH; Sistema de Ouvidoria; Sites da Intranet/Internet da 2ª Região; Migração de dados, integrações de ferramentas, exportações e visualização de dados; Sistema de Inteligência Artificial da Presidência (Intelligentia); Sistema para o gerenciamento do conteúdo arquivístico do TRF2 e da SJRJ; Sistema de Jurisprudências; Novos módulos do sistema processual eProc, como armazenamento do conteúdo probatório e Sistema de Precatórios, etc.
- 10.8. A alternativa escolhida está alinhada com o levantamento sobre a aplicação de metodologias ágeis no desenvolvimento de software, conforme o Acórdão 2314/2013 - TCU Plenário.

## **11. DA NATUREZA DO OBJETO**

- 11.1. O objeto pode ser caracterizado como prestação presencial de serviços para projetos de desenvolvimento e de manutenção de software com práticas ágeis.
- 11.2. Entende-se assim, que se trata de serviço essencial e contínuo, disponível e acessível no mercado, a ser pago mensalmente, sempre que comprovado o atendimento pleno aos termos ajustados em contrato.

## **12. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO**

- 12.1. Para esta contratação, não há necessidade de parcelamento tendo em vista a natureza singular da prestação de serviços contínuos na forma de prestação de serviços técnicos de TIC, sob mesma correlação e gerenciamento centralizado, ensejando em maior vantagem para a Contratante. Trata-se de base comum e fundamental onde se vê assegurada a unidade conceitual de todas as etapas técnicas que, no conjunto, compõem um todo uno e indivisível, entrelaçado com coerência tecnológica, direcionado para os resultados esperados.
- 12.2. O objeto foi reunido em Grupo Único, por se tratar de uma solução única de prestação presencial de serviços de desenvolvimento e de manutenção de software com práticas ágeis, portanto, a adjudicação por Menor Preço Global, neste caso possibilitará maior competitividade e economicidade ao futuro certame.

## **13. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO**

- 13.1. A prestação presencial de serviços, para projetos de desenvolvimento e de manutenção de software, é encontrada sob diversos modelos e formatos de execução, abrangendo as competências de projeto, desenvolvimento e teste de software, dentre outros, configurando a presente solução como serviço

comum, passível de enquadramento nos termos estipulados para a realização de pregão, na forma eletrônica - tipo menor preço para formação de Ata de Registro de Preço com validade de 1 (um) ano.

#### 14. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO

- 14.1. Por se tratar de geração de produtos de software, a partir dos recursos do próprio Contratante, incorre-se na impessoalidade e na aderência aos níveis pré-existentes no próprio Contratante. Entretanto, a Contratada deverá tomar conhecimento das práticas de logística sustentável do contratante, provendo a orientação aos seus trabalhadores durante a vigência do contrato.

#### 15. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL

- 15.1. Os procedimentos de segurança da informação e o processamento da informação devem estar em conformidade com as políticas e normas de segurança adotadas pelo Contratante.
- 15.2. Deverá ser mantida a conformidade com os padrões e processo de desenvolvimento do Contratante.
- 15.3. Deverá ser mantida a conformidade com o Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, por se tratar de desenvolvimento de software, devendo a Contratada declarar a ciência e capacidade de atendimento aos requisitos do Modelo.
- 15.4. Deverá ser mantida a conformidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, por se tratar de desenvolvimento de software, devendo a Contratada declarar a ciência e capacidade de atendimento aos requisitos da ICP-Br. idôneos.
- 15.5. Deverá ser mantida a conformidade com o Modelo de Requisitos Moreq-Jus, por se tratar de desenvolvimento de software, devendo a Contratada declarar a ciência e capacidade de atendimento aos requisitos do Modelo.
- 15.6. Os profissionais contratados deverão ter conhecimento sobre os normativos da PDPI-Br, conforme Item I da Portaria nº 257, de 31 de julho de 2022 do CNJ.

#### 16. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 16.1. Para garantir uma maior eficiência e minimizar riscos, sugere-se que a LICITANTE deva atender os seguintes requisitos de qualificação técnico-operacional para habilitação no certame: comprovação de, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência na execução de serviços de desenvolvimento de software, comprovados por meio de atestados ou declarações de capacidade técnica, cópias de contratos, registros em órgãos oficiais, ou outros documentos idôneos.

#### 17. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 17.1. A Contratada deverá prestar serviços técnicos de projeto, desenvolvimento e sustentação de software com práticas ágeis seguindo processo definido pelo Contratante e que prevê a adoção de práticas ágeis, como Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban, respeitando os padrões técnicos adotados no Contratante.
- 17.2. Os serviços serão prestados por meio de profissionais da Contratada alocados exclusivamente para o Contratante, na forma de postos de trabalho. Cada profissional fará o papel de membro de equipe de desenvolvimento previsto no Scrum, enquanto os demais papéis, como Scrum Master e Product Owner (PO), dentre outros, serão desempenhados por representantes do Contratante ou por ele indicado.
- 17.3. A Contratante demandará à Contratada a alocação de profissionais por meio de abertura de Ordem de Serviço (OS) em seu sistema informatizado de controle de demandas, que poderá ser do tipo PROJETO ou MANUTENÇÃO.
- 17.3.1. Por PROJETO, entende-se o desenvolvimento de código (software) a partir das premissas registradas na Ordem de Serviço;
- 17.3.2. Por MANUTENÇÃO, entende-se a atualização de código (software) pré-existente a partir das premissas registradas em Ordem de Serviço.
- 17.4. A quantidade de postos de trabalho demandados à Contratada deverá constar na abertura da OS.
- 17.5. O somatório de postos de trabalho previstos em todas as Ordens de Serviço não poderá exceder o quantitativo máximo de postos de trabalho previstos no edital.
- 17.6. O pagamento do serviço estará vinculado ao atendimento dos níveis mínimos de serviço exigidos, conforme regras constantes no Anexo VI - Níveis Mínimos de Serviço e Cálculo de Pagamento.

- 17.7. Cada posto de trabalho previsto nesta contratação deverá cumprir 8 horas de expediente, observada a legislação trabalhista vigente. Não haverá remuneração adicional da Contratante à Contratada no caso de execução de jornada de trabalho diária superior a 8 (oito) horas.
- 17.8. A Contratante definirá, por Ordem de Serviço, os dias e horários em que ocorrerão as reuniões e demais atividades previstas no processo de desenvolvimento de software que requerem a presença de todos os profissionais da Contratada. Estas definições poderão ser alteradas durante a execução da ordem de serviço, mediante comunicação prévia à Contratada.
- 17.9. Poderá ser solicitada no âmbito do serviço contratado a execução das seguintes atividades:
- 17.9.1. Codificação de software;
  - 17.9.2. Testes de software (ex: teste de unidade, integração, sistema/funcional, aceitação/estória, carga, desempenho, vulnerabilidade, usabilidade, acessibilidade);
  - 17.9.3. Análise e projeto de software orientado a objetos;
  - 17.9.4. Levantamento, documentação e análise de requisitos funcionais e não-funcionais, incluindo requisitos de acessibilidade;
  - 17.9.5. Modelagem de dados (modelo lógico e físico);
  - 17.9.6. Controle de versões de código-fonte de software e geração de builds;
  - 17.9.7. Instalação e configuração básica de servidor de aplicação em ambiente de não produção (ex.: desenvolvimento, homologação, etc.) e publicação (deploy) dos sistemas desenvolvidos nestes ambientes;
  - 17.9.8. Apoio ao Product Owner (PO) na definição e especificação de requisitos (refinamento dos itens do backlog do produto).
  - 17.9.9. Transferência de conhecimento acerca do projeto para a equipe do Contratante;
  - 17.9.10. Manutenção de software codificado em tecnologias Java, PHP consideradas legadas (ex.: JSP, Java Beans, Struts, Jboss Seam, GWT, CakePHP);
  - 17.9.11. Instalação, configuração e conhecimento do SonarQube, versão 5.0 ou superior.

## 18. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA

- 18.1. Conforme condições do Edital e demais exigências de cumprimento de Níveis de Serviços Exigidos (NSE) apresentados no Anexo VI e neste Termo de Referência.

## 19. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- 19.1. A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação. O prazo em todas as etapas tem como referência inicial o fim da etapa anterior:

Etapas	Descrição	Prazo
01	Assinatura do contrato	Até 5 (cinco) dias úteis da convocação para a assinatura do contrato
	Assinatura do Termo de compromisso de manutenção de Sigilo	
02	Publicação da Equipe de Fiscalização	Após a assinatura do contrato pelo Contratante
03	Reunião de alinhamento	Até o 5º (quinto) dia útil após a assinatura do contrato pelo Contratante
04	Início das emissões de Ordem de Serviço	Até 5 (cinco) dias úteis após a aprovação da OS
05	Fechamento de Ordem de Serviço	Até 15 (quinze) dias úteis após a entrega do produto Declarações
06	Medição mensal das OS emitidas	Entre o dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês posterior com exceção ao 1º mês que será proporcional a assinatura contratual.
07	Entrega do Relatório Gerencial de Serviços (RGS).	Até o 3º (terceiro) dia útil após o registro de cada ocorrência
08	Análise do Relatório Gerencial de Serviços (RGS).	Em até 5(cinco) dias úteis após o recebimento do Relatório Gerencial de Serviços (RGS).
09	Reunião de avaliação do Contrato	Em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do Relatório Gerencial de Serviços (RGS).

10	Reunião de validação das expectativas	Em até 15 (quinze) dias antes do encerramento da vigência do Contrato
11	Apresentação da documentação dos profissionais que compõem o contrato	Até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da OS
12	Início da execução dos Serviços	Até 40 (quarenta) dias corridos após a emissão da 1ª OS. Nas demais OS's, o prazo de início dos serviços será de até 5 (cinco) dias úteis após a emissão das OS's ou na data de início constante da OS

## 20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 20.1. Prestar, por meio de seu gestor do contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado que venham a ser solicitados pela Contratada, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas neste termo de referência.
- 20.2. Efetuar o pagamento devido nos prazos estipulados em cada etapa da execução e gestão do contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais, bem com as deste Termo de Referência.
- 20.3. Disponibilizar os mobiliários, equipamentos e softwares para que a Contratada possa executar os serviços presenciais nos ambientes da Contratante conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
- 20.4. Exercer permanente fiscalização na execução do objeto, registrando ocorrências relacionadas a falhas no cumprimento do contrato, determinando ao preposto ou ao representante da Contratada as medidas necessárias à sua regularização.
- 20.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos profissionais ou representantes da Contratada às suas dependências com controle e supervisão das áreas técnicas da Contratante.
- 20.6. Aplicar as penalidades previstas no contrato, de acordo com as regras estabelecidas no Termo de Referência, assegurando à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

## 21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 21.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme preconiza o art. 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.
- 21.2. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, a Contratada deverá indicar o Preposto, mediante declaração, um preposto, aceito pela fiscalização e que seja distinto dos profissionais que irão prestar o serviço, para representá-la administrativamente durante o período de vigência do contrato, sempre que for necessário. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados e demais assuntos relativos à execução contratual.
- 21.3. Na declaração deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
- 21.4. O preposto deverá ter experiência comprovada em gestão de serviços terceirizados e conhecimentos acerca de processo de desenvolvimento de software baseado em Scrum e Kanban. A qualificação do preposto deverá ser comprovada por meio de certificado(s), comprovante(s) e/ou certidões que atestem o atendimento aos requisitos acima descritos, além de currículo atualizado.
- 21.5. A Contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento dos normativos internos.
- 21.6. O preposto deverá participar de reuniões sempre que solicitado pela Contratante para discutir o andamento da execução contratual.
- 21.7. Entregar os bens e/ou serviços dentro do prazo constante neste Edital. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções estabelecidas no edital.
- 21.8. Responder por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 21.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e nesse Termo de Referência.

- 21.10. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e as orientações do Contratante, observando sempre os critérios de qualidade.
- 21.11. Realizar todos os trabalhos sem que haja a necessidade de parada do ambiente em produção, exceto as predeterminadas com a equipe da Contratante.
- 21.12. Observar as rotinas internas da Contratante, adequando-se a elas, caso necessário, para a prestação dos serviços contratados.
- 21.13. A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- 21.14. Não será permitida, a qualquer título, a transferência da execução, total ou parcial, do objeto da futura contratação a terceiros.
- 21.15. Substituir por outro profissional de qualificação igual ou superior qualquer um dos seus profissionais cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento decorrentes da execução do objeto forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Contratante ou ao interesse do serviço público, sempre que exigido pelo Gestor do Contrato da Contratante.

## **22. DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO**

- 22.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato;
- 22.2. Fiscal Requisitante do Contrato: servidor representante da Área Requisitante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;
- 22.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- 22.4. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;
- 22.5. Preposto: funcionário representante da Contratada, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

## **23. DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS BENS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

- 23.1. As atividades e respectivos serviços demandados pela Contratante deverão ocorrer por emissão de Ordem de Serviços.
- 23.2. A Contratante demandará à Contratada a alocação de profissionais por meio de abertura de Ordem de Serviço (OS) em seu sistema informatizado de controle de demandas, que poderá ser do tipo PROJETO ou MANUTENÇÃO.
- 23.3. A quantidade de postos de trabalho demandados à Contratada deverá constar na abertura da OS.
- 23.4. O somatório de postos de trabalho previstos em todas as Ordens de Serviço não poderá exceder o quantitativo máximo de postos de trabalho previstos no edital.
- 23.5. O Contratante definirá, por Ordem de Serviço, os dias e horários em que ocorrerão as reuniões e demais atividades previstas no processo de desenvolvimento de software que requerem a presença de todos os profissionais da Contratada. Estas definições poderão ser alteradas durante a execução da ordem de serviço, mediante comunicação prévia à Contratada.

## **24. DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS (NSE)**

- 24.1. Os níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento estão descritos no ANEXO VI – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO E CÁLCULO DE PAGAMENTO.

## **25. APLICAÇÃO DE GLOSAS**

- 25.1. As glosas serão aplicadas de acordo com os níveis de serviço e cálculo de pagamento previstos no Anexo VI.

## **26. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA**

- 26.1. Serão utilizados os seguintes canais de comunicação e acompanhamento da execução do contrato: Correio eletrônico (e-mail); e Processo administrativo eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações - SEI da Contratante.
- 26.2. Sempre que exigir-se, a comunicação entre o representante da Contratante e a Contratada deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico (e-mail) e Processo administrativo eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações - SEI da Contratante.

## **27. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO**

- 27.1. No recebimento provisório e definitivo serão realizados:
- 27.1.1. A avaliação do serviço prestado, que ocorrerá inicialmente na homologação dos produtos de software entregues no âmbito de cada Ordem de Serviço (OS), conforme o processo de desenvolvimento de software adotado;
- 27.1.2. Para fins de realização de batimento prévio com as informações da fiscalização do contrato e redução de uma possível incidência de erros de avaliação de desempenho e consequentemente de faturamento, a Contratada deverá entregar, sem ônus adicional Contratante, além dos produtos de software previstos nas Ordens de Serviços, no final de cada mês, os seguintes relatórios:
- 27.1.2.1. Relatório de Solicitações de Serviços e Planos de Trabalho – Relatório mensal com a relação de todas as solicitações de serviços recebidas pela Contratada, com ou sem planos de trabalho apresentados no período. O relatório deverá conter, no mínimo, além das especificadas as seguintes informações: Identificação da solicitação de serviço; Identificação da unidade requisitante; Data de recebimento da solicitação de serviço pela Contratada; Data prevista para a entrega do plano de trabalho; Data de recebimento do plano de trabalho pelo Contratante; Avaliação quanto ao cumprimento do prazo para a apresentação do plano de trabalho.
- 27.1.2.2. A Contratante será responsável pela elaboração do Relatório Gerencial de Serviços (RGS) que conterá, dentre outras informações, a tabela de consolidação das medições dos indicadores, a serem disponibilizados ao Contratado para eventuais justificativas no caso de desempenho inferior ao padrão.
- 27.2. Adicionalmente, será aferido periodicamente o cumprimento dos níveis mínimos de serviço que devem ser atendidos pela Contratada no âmbito de cada Ordem de Serviço (OS).

## **28. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 28.1. O pagamento será efetuado mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).
- 28.1.1. A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;
- 28.1.2. No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;



- 28.1.3. Para fins do disposto no subitem 28.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 28.2. O documento fiscal referente à contratação deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal SIGEO – JT, para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento, cujos procedimentos serão registrados no mencionado sistema.
- 28.2.1. Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a Contratada terá acesso ao Portal SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema;
- 28.2.2. A Contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO – JT, visando à apresentação do documento fiscal;
- 28.2.3. Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente via SIGEO;
- 28.2.4. Caso já exista cadastro realizado pela Contratada vinculado a outro Órgão, deverá ser procedida a regularização, de modo que seja alterada sua vinculação para este Tribunal.
- 28.2.4.1. Caso o cadastro existente tenha sido feito por outro Órgão, o fornecedor deverá diligenciar junto ao referido Órgão, no sentido de que lhe seja atribuída a responsabilidade pelo próprio cadastro, de modo que possa prosseguir com a nova vinculação.
- 28.2.5. Os documentos abaixo descritos deverão ser enviados para o e-mail [notafiscal@trf2.jus.br](mailto:notafiscal@trf2.jus.br):
- 28.2.5.1. Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos profissionais da empresa contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante;
- 28.2.5.2. A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos trabalhadores, controlada pelo contratante, através de folha de ponto/relatório de ponto biométrico, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre este valor;
- 28.2.5.3. A folha de pagamento e os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;
- 28.2.5.4. Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;
- 28.2.5.5. Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário;
- 28.2.5.6. Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;
- 28.2.5.7. Comprovações de auxílio alimentação/refeição dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;
- 28.2.5.7.1. A comprovação da entrega de auxílio alimentação/refeição dar-se-á com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os empregados da Contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela mesma à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos empregados constante do Contrato, contendo o valor do auxílio-alimentação, data de recebimento e assinatura dos profissionais.
- 28.2.5.8. Quadro resumo de frequências e faltas referentes ao mês;
- 28.2.5.9. Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;
- 28.2.5.10. Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador, com a devida homologação pela entidade sindical, se for o caso;
- 28.2.5.11. Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Edital e no Contrato.

- 28.3. A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.
- 28.4. A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.
- 28.5. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;
- 28.5.1. A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;
- 28.6. No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção de Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.
- 28.6.1. Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.
- 28.6.2. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

## **29. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 29.1. O Contratante nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do que estabelece o artigo 29 da Instrução Normativa nº 94/2022/SGD/ME, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato;
- 29.2. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:
- 29.2.1. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
- 29.2.2. Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- 29.2.3. Acompanhar e aprovar os serviços executados;
- 29.3. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais;
- 29.4. A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do TRF2, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados;
- 29.5. As irregularidades detectadas pela fiscalização do TRF2 serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

## **30. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**

- 30.1. Independentemente do tipo de prestação de serviço, o conhecimento técnico da execução do Contrato deverá ser gerenciado de forma a permitir agregação de valor para o Contratante.
- 30.2. Sob a perspectiva contratual, considerada a importância do desenvolvimento de sistemas institucionais demandados, a Contratada deverá apresentá-los e disponibilizar material e conteúdo para os técnicos do Contratante, em especial o gestor e os respectivos fiscais, para assegurar o conhecimento e a independência no acompanhamento da execução contratual.

## **31. DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS DOS PRODUTOS GERADOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 31.1. O Contratante detém os direitos autorais dos conceitos e dos produtos previstos e gerados nas Ordens de Serviço, sendo estes entendidos como sua propriedade intelectual. O Contratante detém e mantém todos os direitos sobre os serviços e documentos da base de conhecimentos, de seu formato e conteúdo, bem como sobre toda e qualquer ferramenta ou produto disponibilizado juntamente com os serviços.



- 31.2. Todos os documentos existentes na base de conhecimentos estão protegidos pela lei brasileira relativa a direito de autor e de propriedade intelectual e poderão ser acessados e transferidos para o ambiente do Contratante, conforme as seguintes condições: Os documentos poderão ser acessados, impressos e/ou transferidos para o ambiente do Contratante (mecanismo de download) pelos usuários autorizados, desde que não sejam processados grandes volumes de informações de forma automática; e o Contratante terá o direito de referenciar os conteúdos da base de conhecimentos e seus autores, em textos ou apresentações técnicas produzidas internamente, editais ou fóruns de discussão, desde que não haja propósito de comercialização e que estejam acompanhados da devida citação da fonte, em conformidade com a legislação brasileira relativa a direitos de autor e de propriedade intelectual.
- 31.3. A Contratada cederá à Contratante, o direito patrimonial e a propriedade intelectual, em caráter definitivo, de eventuais documentos confeccionados pela Contratada, exclusivamente para o Contratante, ou seja, que não façam parte da base de conhecimentos dela, e que digam respeito a questões únicas do Contratante, podendo o Contratante proceder as modificações necessárias nesses documentos.

## **32. DA QUALIFICAÇÃO OU FORMAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **32.1. O enquadramento de profissional no perfil “Analista-Programador JAVA de nível Sênior” para o âmbito desta contratação requer, no mínimo, o atendimento das seguintes exigências:**

- 32.1.1. Formação acadêmica: Graduação em curso de nível superior na área de Tecnologia da Informação, ou conclusão de qualquer curso de nível superior acompanhado de certificado de curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) na área de Tecnologia da Informação de, no mínimo, 360 horas. A formação acadêmica será comprovada por diploma devidamente registrado.
- 32.1.2. Certificações ou período de experiência por tecnologia: experiência mínima de 5 anos em desenvolvimento em Java ou ao menos duas Certificações de Desenvolvedor JAVA em vigor e válidas. Esta experiência deverá ser comprovada através de Carteira de Trabalho ou declarações de empresas.
- 32.1.3. Conhecimento: Desenvolvimento de Aplicações WEB; Java JEE 6 ou superior, JSE 8 ou superior, JSF versões 1.2 e 2.x, Hibernate 3 ou superior e Spring Framework 3 ou superior; Padrão MVC; JavaScript; Ajax; CSS; HTML; HTML 5; JQUERY; JSON; SQL (triggers e procedures); Banco de Dados Relacionais: MySQL Server, Microsoft SQL Server, PostgreSQL e Oracle; Webservices; SOAP; XML; HTTP; HTTPS; Modelagem de dados; Modelagem E-R; Metodologias ágeis (Scrum, XP, etc); Programação; orientada a objetos; Ferramentas de desenvolvimento de software, principalmente NetBeans e Eclipse; Ferramenta de versionamento de programas, principalmente GIT; Testes unitários/integrados de software; Padrões de projeto; Micro serviços; Springboot e Spring MVC. Flyway; Ansible; Noções da plataforma .NET (VB.NET e C#), Web Forms e Web API; Noções de Python.
- 32.1.3.1. Os profissionais de Java deverão, obrigatoriamente, abarcar os conhecimentos específicos mínimos discriminados no Item II da Portaria Nº 257 de 31/07/2022 do CNJ.
- 32.1.3.2. Levantamento, documentação e análise de requisitos funcionais e não-funcionais, incluindo requisitos de acessibilidade;
- 32.1.4. Competências comportamentais: Proatividade, capacidade de trabalho em equipe, capacidade de autogerenciamento e tomada de decisão, capacidade de comunicação (capacidade de se expressar oralmente e por escrito com precisão e clareza e de compreender com facilidade mensagens escritas e faladas)

### **32.2. O enquadramento de profissional no perfil “Analista-Programador PHP de nível Sênior” para o âmbito desta contratação requer, no mínimo, o atendimento das seguintes exigências:**

- 32.2.1. Formação acadêmica: Graduação em curso de nível superior na área de Tecnologia da Informação, ou conclusão de qualquer curso de nível superior acompanhado de certificado de curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) na área de Tecnologia da Informação de, no mínimo, 360 horas. A formação acadêmica será comprovada por diploma devidamente registrado.
- 32.2.2. Certificações ou período de experiência por tecnologia: experiência mínima de 5 anos em desenvolvimento em php ou ao menos duas Certificações de Desenvolvedor PHP em vigor e válidas. Esta experiência deverá ser comprovada através de Carteira de Trabalho ou declarações de empresas.

32.2.3. Conhecimento: Desenvolvimento de Aplicações WEB; PHP 7.x ou superior; Padrão MVC; JavaScript; Ajax; CSS; HTML; HTML 5; JQUERY; JSON; SQL (triggers, procedures); Banco de Dados Relacionais: MySQL Server, Microsoft SQL Server, PostgreSQL e Oracle; Webservices; SOAP; XML; HTTP; HTTPS; REST API; Modelagem de dados; Modelagem E-R; Metodologias ágeis (Scrum, XP, etc); Programação orientada a objetos; Ferramentas de desenvolvimento de software, principalmente PHPStorm; Ferramenta de versionamento de programas, principalmente GIT; Teste unitários/integrado de software; Padrões de Projetos.

32.2.3.1. Levantamento, documentação e análise de requisitos funcionais e não-funcionais, incluindo requisitos de acessibilidade;

32.2.4. Competências comportamentais: Proatividade, capacidade de trabalho em equipe, capacidade de iniciativa e autogerenciamento, capacidade de comunicação (capacidade de se expressar oralmente e por escrito com precisão e clareza e de compreender com facilidade mensagens escritas e faladas).

**32.3. O enquadramento de profissional no perfil “Analista-Programador Python e IA de nível Sênior” para o âmbito desta contratação requer, no mínimo, o atendimento das seguintes exigências:**

32.3.1. Formação acadêmica: Graduação em curso de nível superior na área de Tecnologia da Informação, ou conclusão de qualquer curso de nível superior acompanhado de certificado de curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) na área de Tecnologia da Informação de, no mínimo, 360 horas. A formação acadêmica será comprovada por diploma devidamente registrado.

32.3.2. Certificações ou período de experiência por tecnologia: experiência mínima de 5 anos em desenvolvimento em PHYTON ou ao menos duas Certificações de Desenvolvedor PHYTON em vigor e válidas. Esta experiência deverá ser comprovada através de Carteira de Trabalho ou declarações de empresas.

32.3.3. Conhecimento: Python, Django (GeoDjango), Celery, Lefleat, GeoServer, MapServer, Openlayers, MapProxy/Mapink, Bibliotecas populares de ciência de dados e machine learning, como Pandas, NumPy, Scikit-learn, Poetry, TensorFlow, Keras, Spacy, Gensim, PyLearn2, PyTorch e Bibliotecas GDAL, OGR, Proj4, autenticação por certificação digital padrão ICP-Brasil; Banco de dados transacionais como PostgreSQL com extensão PostGIS; Plataforma GeoNode; Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven; Containers: Kubernetes, Docker; Entendimento de conceitos de Inteligência Artificial, Inteligência Artificial Generativa e Machine Learning para desenvolvimento de projetos com aplicação de IA, técnicas de processamento de linguagem natural (PLN); Banco de Dados Relacionais: MySQL Server, Microsoft SQL Server, PostgreSQL e Oracle.

32.3.3.1. Levantamento, documentação e análise de requisitos funcionais e não-funcionais, incluindo requisitos de acessibilidade;

32.3.4. Competências comportamentais: Proatividade, capacidade de trabalho em equipe, capacidade de iniciativa e autogerenciamento, capacidade de comunicação (capacidade de se expressar oralmente e por escrito com precisão e clareza e de compreender com facilidade mensagens escritas e faladas).

**32.4. O enquadramento de profissional no perfil “Líder Técnico – Analista-Programador Java de nível Sênior” para o âmbito desta contratação requer, no mínimo, o atendimento das seguintes exigências:**

32.4.1. Formação acadêmica: Graduação em curso de nível superior na área de Tecnologia da Informação, ou conclusão de qualquer curso de nível superior acompanhado de certificado de curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) na área de Tecnologia da Informação de, no mínimo, 360 horas. A formação acadêmica será comprovada por diploma devidamente registrado.

32.4.2. Certificações ou período de experiência por tecnologia: experiência mínima de 5 anos em desenvolvimento em Java ou ao menos duas Certificações de Desenvolvedor JAVA em vigor e válidas. Estas experiências deverão ser comprovadas através de Carteira de Trabalho ou declarações de empresas. Necessária experiência com gerenciamento de demandas e liderança de equipe, utilizando, preferencialmente, metodologia ágil. Desejável Certificação Scrum Master.

32.4.3. Conhecimento: Desenvolvimento de Aplicações WEB; Java JEE 6 ou superior, JSE 8 ou superior, JSF versões 1.2 e 2.x, Hibernate 3 ou superior e Spring Framework 3 ou superior; Padrão MVC; JavaScript; Ajax; CSS; HTML; HTML 5; JQUERY; JSON; SQL (triggers e procedures); Banco de Dados Relacionais: MySQL Server, Microsoft SQL Server, PostgreSQL e Oracle; Webservices; SOAP; XML; HTTP; HTTPS; Modelagem de dados; Modelagem E-R; Metodologias ágeis (Scrum, XP, etc);

Programação; orientada a objetos; Ferramentas de desenvolvimento de software, principalmente NetBeans e Eclipse; Ferramenta de versionamento de programas, principalmente GIT; Testes unitários/integrados de software; Padrões de projeto; Micro serviços; Springboot e Spring MVC. Flyway; Ansible; Noções da plataforma .NET (VB.NET e C#), Web Forms e Web API; Noções de Python.

32.4.3.1. Os profissionais de Java deverão, obrigatoriamente, abarcar os conhecimentos específicos mínimos discriminados no Item II da Portaria Nº 257 de 31/07/2022 do CNJ.

32.4.3.2. Levantamento, documentação e análise de requisitos funcionais e não-funcionais, incluindo requisitos de acessibilidade;

32.4.4. Competências comportamentais: Proatividade, capacidade de trabalho em equipe, capacidade de iniciativa e autogerenciamento, capacidade de comunicação (capacidade de se expressar oralmente e por escrito com precisão e clareza e de compreender com facilidade mensagens escritas e faladas). Atividades de liderança de equipe: monitorar, avaliar e orientar programadores na execução de suas tarefas; orientar o levantamento de necessidades do cliente/usuário; monitorar, analisar e dimensionar, juntamente a área de negócio, requisitos e funcionalidades dos sistemas; acompanhar as atividades de gestão de mudanças; garantir a qualidade dos serviços entregues no contrato; avaliar indicadores de desempenho e níveis de serviço do contrato; assegurar o cumprimento de normas e padrões; controlar prazos de execução dos serviços; definir necessidades de recursos tecnológicos; definir padrões de performance e qualidade; traçar planos de contingência; ser o ponto focal para solução de problemas; reportar para a administração do CONTRATANTE o andamento da sustentação e dos projetos; reportar funcionários que estejam com rendimento e produtividade abaixo do exigido pelo contrato; garantir que os sistemas desenvolvidos sejam documentados e atualizados sempre que necessário; garantir que o produto final atenda aos padrões de qualidade esperados; monitorar e dar manutenção aos sistemas existentes; elaborar relatórios técnicos e realizar outras atividades correlatas.

**32.5. O enquadramento de profissional no perfil “Líder técnico - Analista-Programador PHP de nível Sênior” para o âmbito desta contratação requer, no mínimo, o atendimento das seguintes exigências:**

32.5.1. Formação acadêmica: Graduação em curso de nível superior na área de Tecnologia da Informação, ou conclusão de qualquer curso de nível superior acompanhado de certificado de curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) na área de Tecnologia da Informação de, no mínimo, 360 horas. A formação acadêmica será comprovada por diploma devidamente registrado.

32.5.2. Certificações ou período de experiência por tecnologia: experiência mínima de 5 anos em desenvolvimento em php ou ao menos duas Certificações de Desenvolvedor PHP em vigor e válidas. Esta experiência deverá ser comprovada através de Carteira de Trabalho ou declarações de empresas. Necessária experiência com gerenciamento de demandas e liderança de equipe, utilizando, preferencialmente, metodologia ágil. Desejável Certificação Scrum Master.

32.5.3. Conhecimento: Desenvolvimento de Aplicações WEB; PHP 7.x ou superior; Padrão MVC; JavaScript; Ajax; CSS; HTML; HTML 5; JQUERY; JSON; SQL (triggers,procedures); Banco de Dados Relacionais: MySQL Server, Microsoft SQL Server, PostgreSQL e Oracle; Webservices; SOAP; XML; HTTP; HTTPS; REST API; Modelagem de dados; Modelagem E-R; Metodologias ágeis (Scrum, XP, etc); Programação orientada a objetos; Ferramentas de desenvolvimento de software, principalmente PHPStorm; Ferramenta de versionamento de programas, principalmente GIT; Teste unitários/integrado de software; Padrões de Projetos.

32.5.3.1. Levantamento, documentação e análise de requisitos funcionais e não-funcionais, incluindo requisitos de acessibilidade;

32.5.4. Competências comportamentais: Proatividade, capacidade de trabalho em equipe, capacidade de iniciativa e autogerenciamento, capacidade de comunicação (capacidade de se expressar oralmente e por escrito com precisão e clareza e de compreender com facilidade mensagens escritas e faladas). Atividades de liderança de equipe: monitorar, avaliar e orientar programadores na execução de suas tarefas; orientar o levantamento de necessidades do cliente/usuário; monitorar, analisar e dimensionar, juntamente a área de negócio, requisitos e funcionalidades dos sistemas; acompanhar as atividades de gestão de mudanças; garantir a qualidade dos serviços entregues no contrato; avaliar indicadores de desempenho e níveis de serviço do contrato; assegurar o cumprimento de normas e padrões; controlar prazos de execução dos serviços; definir necessidades de recursos tecnológicos; definir padrões de performance e qualidade; traçar planos de contingência; ser o ponto focal para solução de problemas; reportar para a administração do

CONTRATANTE o andamento da sustentação e dos projetos; reportar funcionários que estejam com rendimento e produtividade abaixo do exigido pelo contrato; garantir que os sistemas desenvolvidos sejam documentados e atualizados sempre que necessário; garantir que o produto final atenda aos padrões de qualidade esperados; monitorar e dar manutenção aos sistemas existentes; elaborar relatórios técnicos e realizar outras atividades correlatas.

- 32.6. No caso de ferramentas de apoio ao desenvolvimento de software, frameworks, bibliotecas de software e boas práticas de desenvolvimento, entre outros, que o Contratante venha a adotar no seu processo de desenvolvimento, os profissionais de ambos os níveis terão prazo de 22 dias úteis para se adaptarem ao seu uso.
- 32.7. Exemplos de ferramentas de apoio, frameworks, bibliotecas de software ou boas práticas as quais este item se refere:
- 32.7.1. JBehave / Concordion / Spock.
  - 32.7.2. Continuous deployment.
  - 32.7.3. NoSQL (ex: Elasticsearch, MongoDB, Hadoop).
  - 32.7.4. Kafka.
  - 32.7.5. React.
  - 32.7.6. RabbitMQ.
  - 32.7.7. Eureka.
  - 32.7.8. Protocolo de armazenamento S3, com utilização do software MinIO e Caringo, Swarm Object Storage.
  - 32.7.9. Ferramentas de processamento de dados: Apache Drill; Apache Nifi e Metabase.
  - 32.7.10. Tecnologias de integração: API Managers e Gateways (WSO2).
  - 32.7.11. Linux básico, ssh e shell script.
  - 32.7.12. Ferramentas de testes de API: Postman, SoapU e curl.
  - 32.7.13. Ferramentas de build: Make, Chocolatey e Ansible.
  - 32.7.14. Ferramentas de diretório: AdExplorer e Apache Directory Studio.
  - 32.7.15. Ferramentas de criptografia: Kleopatra, openssl.

### 33. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 33.1. Conforme o Edital.

### 34. PRAZO DE VIGÊNCIA DA GARANTIA DE BENS E/OU SERVIÇOS

- 34.1. Considerando o modelo de contratação baseado em postos de trabalho, não está previsto prazo de garantia para os serviços prestados.

### 35. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 35.1. A vigência do Contrato, dar-se-á pelo prazo de 1 (um) ano, a contar do primeiro dia útil subsequente à assinatura do contrato pelo Contratante, podendo ser prorrogado na forma autorizada pelo art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

### 36. DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

- 36.1. Conforme Pesquisa de Preços.

### 37. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

- 37.1. As despesas decorrentes da aquisição das licenças, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme especificado abaixo:

Itens	Fonte Pagadora	Classificação da Despesa
1, 2, 3, 4 e 5	TRF2	33.90.40.07 – Manutenção corretiva/adaptativa e sustentação de software e

**38. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES**

- 38.1. A Contratada deverá respeitar a classificação das informações produzidas ou custodiadas pela Contratante que vier a ter acesso por necessidade do serviço. Para isso, a Contratada deverá assinar o Termo de compromisso de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na Contratante de acordo com o modelo indicado no Anexo II.
- 38.2. A Contratada deve solicitar aos seus profissionais alocados na execução dos serviços a assinatura de declaração de ciência das normas de segurança vigentes, de acordo com modelo indicado no Anexo II.
- 38.3. Boas práticas relativas à segurança da informação durante o desenvolvimento.
- 38.3.1. A Contratada, na execução dos serviços contratados, deverá observar boas práticas relativas à segurança da informação, especialmente as indicadas nos normativos internos da Contratante em todas as atividades executadas durante o ciclo de desenvolvimento das aplicações.
- 38.3.2. A Contratada deve providenciar cópia da Política da Segurança da Informação (PSI) da Contratante e das demais normas disponibilizadas pela Contratante a todos os profissionais alocados na execução dos serviços, bem como zelar pela observância dessas normas.

**39. APROVAÇÃO E ASSINATURA**

- 39.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria SEI DG/TRF2 Nº 1, DE 12 DE agosto DE 2024.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
<hr/> GIOVANNI DA SILVA SOUZA Matrícula: T212058	<hr/> ANDERSON ARAÚJO LIMA Matrícula: T212109	<hr/> GABRIEL DE FARIAS ANTUNES Matrícula: T211833

**AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC**  
**(OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL)**

---

GUSTAVO MONTEIRO DE BARROS BARRETO  
Matrícula: T212019

ANEXO II – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Nº PROCESSO:	SEI 0000025-37.2024.4.02.8000	Nº CONTRATO:	
--------------	-------------------------------	--------------	--

**Construção:** Equipe de Fiscalização da Contratação

**Objetivo do artefato:** Obter comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos no projeto sobre conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no Contratante, sem prejuízo das normas legais pertinentes como, por exemplo, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2019) e a Lei do marco civil da Internet (Lei 12.965/2014).

**Conteúdo:** Caso o objeto seja prestação de serviços, o documento é assinado por todos os funcionários da Contratada envolvidos no projeto que tenham acesso a informações do Contratante, mesmo que o ingresso nas suas dependências não seja necessário para a execução.

1 – IDENTIFICAÇÃO

Contrato Nº:			
Objeto:			
Gestor do Contrato:		Matr.	
Contratante:			
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer a declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no Contratante, sem prejuízo das normas legais pertinentes como, por exemplo, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2019) e a Lei do marco civil da Internet (Lei 12.965/2014).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

CIÊNCIA
Contratada Funcionários

Nome	Identidade	CPF	Assinatura

### ANEXO III – ORÇAMENTO ESTIMADO

Para estimar a remuneração do profissional, utilizou-se a tabela de Análise Comparativa que contém os valores praticados em outros certames públicos. A partir do percentual médio encontrado (47,53%), que representa a variação entre a Remuneração do Profissional e o Custo total do Posto de Trabalho, aplicou-se sobre os valores médios encontrados na Pesquisa de Preços, realizada pela equipe de contratação, para composição dos custos necessários para a presente licitação, conforme demonstrado abaixo:

Exemplo: Remuneração do Profissional Analista Programador JAVA = Custo total do Posto de Trabalho do profissional referente à Pesquisa de Preços X Percentual Médio (Tabela Análise Comparativa): R\$ 11.318,19 = R\$ 23.812,73 X 47,53%.

Aplicando-se a mesma forma de cálculo demonstrada acima, obteve-se as seguintes remunerações:

- Remuneração mínima aceitável para profissional com perfil “Analista Programador Java nível Sênior”: R\$ 11.318,19
- Remuneração mínima aceitável para o profissional com perfil “Analista Programador PHP nível Sênior”: R\$ 11.025,12.
- Remuneração mínima aceitável para o profissional com perfil “Analista Programador Python e IA nível Sênior”: R\$ 12.196,86.
- Remuneração mínima aceitável para o profissional com perfil “Líder técnico – Analista-Programador Java nível Sênior ”: R\$ 15.681,16.
- Remuneração mínima aceitável para o profissional com perfil “Líder técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior ”: R\$ 15.681,16.

		Análise Comparativa							
Grupo 1	Itens	Perfil do Posto de Trabalho	Posto de Trabalho	Qtd	Valor unitário mensal (R\$)	a- Remuneração do Profissional mensal (R\$)	b- Custo total do Posto de Trabalho anual (R\$)	c- Valor total do Trabalho	a/b %
	1	Imprensa Nacional	Desenvolvedor de Software – Sênior	8	23.812,73	190.501,87	2.286.022,44	27.192,53	51,54%
			Líder Técnico de Desenvolvimento			15.901,68	30.849,26	51,54%	
			Analista de Negócio/Requisitos Sênior			11.227,93	21.782,18	51,54%	
		TRF1	Desenvolvedor Fullstack JAVA			10.334,55	25.904,04	39,89%	
			Desenvolvedor Fullstack PHP			10.334,55	25.904,04	39,89%	
			Desenvolvedor Fullstack em Tecnologias Emergentes			9.774,20	24.582,87	39,76%	
		TRF3	Analista Programador PHP			11.547,23	23.759,50	48,60%	
			Analista Programador Java			11.563,90	23.792,73	48,60%	
			Analista Programador Tecnologias Emergentes			11.043,78	22.795,94	48,44%	
		CNJ	Analista Programador Java nível Sênior			9.000,00	18.663,66	48,22%	
			Analista Programador PHP nível Sênior			8.128,77	16.856,96	48,22%	
		PJERJ	Analista de Desenvolvimento de Sistemas Sênior			9.822,46	18.117,94	54,21%	
Média.....								47,53%	
		Analista-Programador Java nível Sênior							
2	Analista-Programador PHP nível Sênior		14		23.196,13	324.745,84	3.896.950,08		
3	Analista-Programador Python e IA nível Sênior		4		25.661,40	102.645,60	1.231.747,20		
4	Líder técnico – Analista-Programador Java nível Sênior		2		32.992,13	65.984,67	791.811,18		
5	Líder técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior		2		32.992,13	65.984,67	791.811,18		
TOTAL (R\$)							8.998.342,08		

### ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. Tendo em vista as peculiaridades desta contratação, apresentam-se os esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais deverão ser observados pelas LICITANTES quando da elaboração de suas propostas de preços.
2. As LICITANTES deverão apresentar a proposta de preço sintética na forma do Quadro 1 deste anexo, juntamente com uma planilha de custos e formação de preços para cada perfil profissional, ou seja, uma planilha para o Analista Programador Java nível Sênior, uma planilha para o Analista Programador PHP nível Sênior e uma planilha para o Analista Programador Python e IA nível Sênior utilizando o modelo também apresentado neste anexo.
3. Na elaboração das planilhas as LICITANTES deverão observar convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a LICITANTE esteja obrigada em



convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a LICITANTE esteja obrigada.

4. Na hipótese de eventual repactuação do contrato, somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.
5. Ainda que, em acordo ou convenção coletiva da categoria, haja previsão de reajuste escalonado de salários, a Contratada aplicará aos salários dos empregados que prestam serviços à Contratante os mesmos índices concedidos na repactuação contratual, independentemente da data de admissão do empregado nos quadros da Contratada.
6. O LDI (Lucros e Despesas Indiretas) constante das planilhas de composição de custos e formação de preços engloba o lucro e as despesas administrativas e operacionais.
7. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, nos termos dos Acórdãos TCU n. 1904/2007 e 3006/2010, ambos do Plenário. Em caso de prorrogação do contrato, o percentual será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme ditames da Lei nº 12526/2011.

Quadro 1 – Modelo de proposta de preço sintética

	Item	Discriminação	Qtd	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
	1	Analista-Programador Java nível Sênior	8			
	2	Analista-Programador PHP nível Sênior	14			
	3	Analista-Programador Python e IA nível Sênior	4			
	4	Líder técnico – Analista-Programador Java nível Sênior	2			
	5	Líder técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior	2			
VALOR TOTAL						



ANEXO V – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Módulo 01 – Mão de obra – Remuneração			
Categoria Profissional:			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base		R\$ 0,00
B	Adicional de periculosidade		R\$ 0,00
C	Adicional de insalubridade		R\$ 0,00
D	Adicional Noturno		R\$ 0,00
E	Hora noturna adicional		R\$ 0,00
F	Outros(Especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 0,00
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários		VALOR R\$	
A	Transporte		R\$ 0,00
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)		R\$ 0,00
C	Assistência médica e familiar		R\$ 0,00
D	Benefício Social Familiar		R\$ 0,00
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		R\$ 0,00
F	Outros		R\$ 0,00
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			R\$ 0,00
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos		VALOR R\$	
A	Uniformes		R\$ 0,00
B	Materiais		R\$ 0,00
C	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)		R\$ 0,00
D	EPI		R\$ 0,00
E	Outros		R\$ 0,00
F			R\$ 0,00
G			R\$ 0,00
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ 0,00
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 0,00
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 0,00
D	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
E	Salário-educação	2,50%	R\$ 0,00
F	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
G	Seguro acidente do trabalho	2,0000%	R\$ 0,00
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00

TOTAL		15,80%	R\$ 0,00
Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias		%	VALOR R\$
A	13º Salário	9,09%	R\$ 0,00
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 0,00
Subtotal		12,12%	R\$ 0,00
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário	1,91%	R\$ 0,00
TOTAL		14,03%	R\$ 0,00
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 0,00
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,005%	R\$ 0,0000
TOTAL		0,035%	R\$ 0,00
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 0,00
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,015%	R\$ 0,00
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,31%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,00
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa 50%	4,36%	R\$ 0,00
TOTAL		7,08%	R\$ 0,00
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias	9,09%	R\$ 0,00
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 0,00
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 0,00
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,00
F	Outros (Especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 0,00
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	1,84%	R\$ 0,00
TOTAL		13,46%	R\$ 0,00
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4	Encargos sociais e FGTS	15,80%	R\$ 0,00
1	13º (décimo terceiro salário)	14,03%	R\$ 0,00
2	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 0,00
3	Custo de rescisão	7,08%	R\$ 0,00
4	Custo de reposição do profissional ausente	13,46%	R\$ 0,00
5	Outros(Especificar)	0,00%	R\$ 0,00
6	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	50,41%	R\$ 0,00
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 0,00

Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro						
Custos Indiretos, Tributos e Lucro					%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos				5,00%	R\$ 0,00
B	Lucro				6,79%	R\$ 0,00
C Subtotal para efeito de cálculo dos tributos						R\$ 0,00
D Fator auxiliar para cálculo [1-(C1+C2+C3)]					81,25%	
E Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D						R\$ 0,00
	Tributos					
	C1. PIS				1,65%	R\$ 0,00
	C2. COFINS				7,60%	R\$ 0,00
	C3. ISS				5,00%	R\$ 0,00
	CPRB				4,50%	R\$ 0,00
Total dos tributos					18,75%	<b>R\$ 0,00</b>
TOTAL (custos indiretos + lucro + tributos)						<b>R\$ 0,00</b>
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL –						
Descrição					PREÇO (R\$)	
I – Composição da Remuneração					<b>R\$ 0,00</b>	
II – Benefícios mensais e diários					<b>R\$ 0,00</b>	
III – Insumos diversos					<b>R\$ 0,00</b>	
IV – Encargos sociais e trabalhistas					<b>R\$ 0,00</b>	
Subtotal (I + II + III + IV)					<b>R\$ 0,00</b>	
V – Custos indiretos, tributos e lucro					<b>R\$ 0,00</b>	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO					<b>R\$ 0,00</b>	

## ANEXO VI – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO E CÁLCULO DE PAGAMENTO

### 1. Níveis de serviço

#### 1.1. Índice de Evolução do Sistema (IES)

- 1.1.1. Os níveis de serviço de Ordem de Serviço do tipo **PROJETO** serão representados por indicador de desempenho denominado Índice de Evolução do Sistema (IES), que será a média ponderada de 3 componentes:

Componente do IES	Peso
Índice de Produtividade (IP)	0,45
Índice de Qualidade (IQ)	0,40
Avaliação do Product Owner (APO)	0,15

- 1.1.2. O Índice de Evolução do Sistema - IES será aferido em períodos de 1 a 2 meses, em momento escolhido pela Contratante, e obrigatoriamente ao término da Ordem de Serviço.

- 1.1.3. Adicionalmente, há níveis mínimos de serviço exigidos para alguns componentes do IES isoladamente, conforme item “Descontos a serem aplicados de acordo com o índice de cumprimento dos níveis de serviço”.

#### 1.2. Índice de Produtividade (IP)

- 1.2.1. O Índice de Produtividade (IP) é composto por dois itens: Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional (ICPTF) e Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código (ICPLC). Estes itens serão aferidos comparando a produtividade no período de aferição com a produtividade-base estabelecida neste Anexo.

- 1.2.2. A divisão do peso do IP entre seus dois componentes encontra-se no quadro a seguir:

Componente do IP	Peso
Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional (ICPTF)	0,25
Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código (ICPLC)	0,20
Peso Total do IP	0,45

- 1.2.3. A produtividade será estabelecida em termos de dias de efetiva ocupação de posto de trabalho, unidade esta que será identificada por DIA-DESENVOLVEDOR. Por exemplo, se em um dado período de aferição tivermos 40 dias de efetiva ocupação de 6 postos de trabalho, haverá neste período 240 DIAS-DESENVOLVEDOR.

- 1.2.4. Não serão considerados aqueles dias em que não houver efetiva prestação do serviço, como finais de semana e feriados, em regra.

#### 1.3. Item de Controle de Produtividade em Tamanho FUNCIONAL (ICPTF)

- 1.3.1. Para calcular o Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional (ICPTF) deverá ser medido primeiro o Tamanho da Evolução Funcional (TEF), que é o quantitativo de Pontos de Função correspondente aos aprimoramentos realizados na versão atual do software em relação à versão anterior.

- 1.3.2. Por versão atual considera-se aquela versão do software que contiver os aprimoramentos homologados pelo Product Owner (PO) até a data final do período escolhido pela Contratante para aferição do Índice de Evolução do Sistema (IES). Por versão anterior do sistema entende-se aquela analisada e medida na aferição imediatamente anterior do IES.

- 1.3.3. Eventuais aprimoramentos no software, como inclusões, alterações ou exclusões de funcionalidades, que forem realizadas em versões intermediárias do software e que não sejam identificáveis ao se comparar a versão atual com a versão anterior do sistema não serão consideradas no cálculo do TEF e, consequentemente, do ICPTF.

- 1.3.4. A produtividade no período em tamanho funcional será obtida dividindo o Tamanho da Evolução Funcional (TEF) do sistema pela quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR do período de aferição.

1.3.5.O Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional (ICPTF) será calculado dividindo a produtividade no período em tamanho funcional pela produtividade-base estabelecida neste Anexo.

1.3.6.Caso o resultado do cálculo do ICPTF seja maior que 150%, será adotado 150% para o valor deste Item de Controle. Caso a soma do ICPTF com o ICPLC seja maior que 100% do IP, será considerado 100% do valor do IP.

#### 1.4. Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código (ICPLC)

1.4.1.Para calcular o Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código (ICPLC) primeiro será contabilizada a quantidade de linhas de código alteradas no software no período de aferição, com apoio da ferramenta de gerenciamento de código utilizada pelo projeto, tais como GIT e SVN.

1.4.2.É considerada linha de código alterada uma nova linha inserida ou uma linha existente que foi modificada. Não serão contabilizadas linhas removidas, linhas em branco e alterações com intuito de somente aumentar artificialmente o ICPLC.

1.4.3.Não serão consideradas para efeito de cálculo as linhas de documentação do código.

1.4.4.A produtividade no período em linhas de código será obtida dividindo essa quantidade de linhas de código pela quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR do período de aferição.

1.4.5.O Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código (ICPLC) será calculado dividindo a produtividade no período em linhas de código pela produtividade-base estabelecida neste Anexo.

1.4.6.Caso o resultado do cálculo do ICPLC seja maior que 150%, será adotado 150% para o valor deste Item de Controle. Caso a soma do ICPTF com o ICPLC seja maior que 100% do IP, será considerado 100% do valor do IP.

#### 1.5. Índice de Qualidade (IQ)

1.5.1.O Índice de Qualidade (IQ) será obtido a partir de indicadores de qualidade do código-fonte do software aferidos pela ferramenta SonarQube 5 ou superior.

1.5.2.Cada indicador possui meta a ser alcançada.

1.5.3.Os indicadores de qualidade do código-fonte com suas respectivas metas estão relacionados no quadro a seguir:

Grupo	Indicador	Unidade	Meta
Projeto	Cyclomatic Complexity	média total	<= 10
	Cognitive Complexity	média total	<= 10
	Duplicated Lines	%	<= 4%
	Security Rating	unidades	=0
	Maintainability Overall Debt Ratio	%	<= 2,5%
Violações de código	ISSUES Severity Critical	unidades	=0
	ISSUES Severity Blocker	unidades	=0
Indicadores relacionados a testes	Overall Unit Test Code Coverage	%	>=70%
	Unit Test Success	%	>=100%

1.5.4.O Índice de Qualidade (IQ) será calculado dividindo a quantidade de indicadores que alcançaram as suas respectivas metas pelo quantitativo total de indicadores.

1.5.5.Caso algum indicador seja depreciado ou removido em futura versão da ferramenta de avaliação de código utilizada e não seja substituído por indicador equivalente, ele deixará de ser considerado para fins de aferição do cumprimento de níveis mínimos de serviço no âmbito desta contratação.

1.5.6.Problemas de qualidade no código-fonte do software pré-existent à abertura da Ordem de Serviço serão desconsiderados na aferição do Índice de Qualidade (IQ).

#### 1.6. Avaliação do Product Owner (APO)



1.6.1. Considerando os princípios e valores do desenvolvimento ágil, o Product Owner (PO) do projeto deverá avaliar os seguintes aspectos da prestação do serviço.

Item	Avaliação
1 - Periodicidade de entrega de software para homologação (preferência por períodos entre 1 a 4 semanas)	Entregas realizadas em período igual ou menor a 4 semanas: <input type="checkbox"/> 4 – Todas <input type="checkbox"/> 3 – Maioria [ ] 2 – Metade <input type="checkbox"/> 1 – Minoria <input type="checkbox"/> 0 – Nenhuma
2 - Receptividade da equipe de desenvolvimento a mudança de requisitos, mesmo em estágio avançado de desenvolvimento	[ ] 4 – Não houve resistência à <u>nenhuma</u> solicitação de mudança de requisitos <input type="checkbox"/> 3 – Não houve resistência à <u>maioria</u> das solicitações de mudança de requisitos <input type="checkbox"/> 2 – Não houve resistência à <u>metade</u> das solicitações de mudança de requisitos <input type="checkbox"/> 1 – Não houve resistência à <u>minoria</u> das solicitações de mudança de requisitos <input type="checkbox"/> 0 – Houve resistência a todas as solicitações de mudança de requisitos
3 - Manutenção pela equipe de desenvolvimento de diálogo contínuo e eficiente com o Product Owner para esclarecer dúvidas e obter <i>feedback</i>	Eventual falta de comunicação da equipe de desenvolvimento com o PO ocasionou: <input type="checkbox"/> 4 – nenhuma falha ou desvio <input type="checkbox"/> 3 – falha ou desvio na minoria das entregas [ ] 2 – falha ou desvio na metade das entregas [ ] 1 – falha ou desvio na maioria das entregas [ ] 0 – falha ou desvio em todas as entregas
Comentários adicionais (optativo)	

1.6.2. O valor da Avaliação do Product Owner (APO) será obtido da seguinte forma: APO = (Valor do Item 1 + Valor do Item 2 + Valor do Item 3) / 12

1.7. Descontos a serem aplicados de acordo com o índice de cumprimento dos níveis de serviço

1.7.1. O quadro a seguir mostra o desconto a ser aplicado no faturamento da Ordem de Serviço (OS) de acordo com o Índice de Evolução do Sistema (IES):

Índice de Evolução do Sistema (IES)	Desconto sobre o valor de faturamento da OS
Igual ou superior a 80%	0%
Igual ou superior a 70% e inferior a 80%	10%
Igual ou superior a 60% e inferior a 70%	20%
Igual ou superior a 50% e inferior a 60%	30%
Inferior a 50%	40%

1.7.2. O quadro a seguir mostra o desconto a ser aplicado no faturamento da Ordem de Serviço de acordo com níveis mínimos de serviço de componentes do IES, sem prejuízo a outros eventuais descontos previstos neste Termo:

Componente do IES	Nível de serviço	Desconto sobre o valor de faturamento da OS
Índice de Qualidade (IQ)	Igual ou superior a 50%	0%
	Igual ou superior a 25% e inferior a 50%	5%
	Inferior a 25%	10%
Avaliação do Product Owner (APO)	Igual ou superior a 50%	0%
	Igual ou superior a 25% e inferior a 50%	5%
	Inferior a 25%	10%

1.8. Descontos a serem aplicados na primeira aferição do Índice de Evolução do Sistema (IES)

1.8.1. Excepcionalmente, na primeira aferição do Índice de Evolução do Sistema (IES) da Ordem de Serviço (OS), caso o período considerado não ultrapasse mais que um terço do período total da Ordem de Serviço, os descontos a serem aplicados no faturamento da Ordem de Serviço considerarão os do quadro a seguir.

Índice de Evolução do Sistema (IES)	Desconto sobre o valor de faturamento da OS
Igual ou superior a 60%	0%
Igual ou superior a 50% e inferior a 60%	10%
Igual ou superior a 40% e inferior a 50%	20%
Inferior a 40%	30%



Componente do IES	Nível de serviço	Desconto sobre o valor de faturamento da OS
Índice de Qualidade (IQ)	Igual ou superior a 50%	0%
	Igual ou superior a 25% e inferior a 50%	5%
	Inferior a 25%	10%
Avaliação do Product Owner (APO)	Igual ou superior a 50%	0%
	Igual ou superior a 25% e inferior a 50%	5%
	Inferior a 25%	10%

#### 1.9. Produtividade-base

1.9.1. Nos quadros a seguir temos a produtividade-base em tamanho funcional e em linhas de código que serão utilizadas na aferição do cumprimento do Índice de Evolução do Sistema (IES):

Produtividade-base em Tamanho Funcional	Produtividade-base em Linhas de Código
0,56 Pontos de Função / DIA-DESENVOLVEDOR	33,33 Linhas de Código / DIA-DESENVOLVEDOR

#### 1.10. Índice de Manutenção de Sistema (IMS)

1.10.1. Os níveis de serviço de Ordem de Serviço do tipo **MANUTENÇÃO** serão representados por indicador de desempenho denominado Índice de Manutenção de Sistema (IMS), que será a média ponderada de 3 componentes:

Componente do IMS	Peso
Índice de Produtividade de Manutenção (IP-M)	0,45
Índice de Qualidade de Manutenção (IQ-M)	0,40
Avaliação do Product Owner - Manutenção (APO-M)	0,15

1.10.2. O Índice de Manutenção do Sistema - IMS será aferido em períodos de 1 a 2 meses, em momento escolhido pela Contratante, e obrigatoriamente ao término da Ordem de Serviço.

1.10.3. Adicionalmente, há níveis mínimos de serviço exigidos para alguns componentes do IMS isoladamente, conforme item "Descontos a serem aplicados de acordo com o índice de cumprimento dos níveis de serviço".

#### 1.11. Índice de Produtividade de Manutenção (IP-M)

1.11.1. O Índice de Produtividade de Manutenção (IP-M) é composto por dois itens: Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional de Manutenção (ICPTF-M) e Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código de Manutenção (ICPLC-M). Estes itens serão aferidos comparando a produtividade no período de aferição com a produtividade-base estabelecida neste Anexo.

1.11.2. A divisão do peso do IP entre seus dois componentes encontra-se no quadro a seguir:

Componente do IP-M	Peso
Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional de Manutenção (ICPTF-M)	0,25
Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código de Manutenção (ICPLC-M)	0,20
Peso Total do IP-M	0,45

1.11.3. A produtividade será estabelecida em DIA-DESENVOLVEDOR como no caso do Índice de Evolução do Sistema - IES.

#### 1.12. Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional de Manutenção (ICPTF-M)

1.12.1. Para calcular o Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional de Manutenção (ICPTF-M), deve ser feita, em princípio, a Medição em pontos de função de cada demanda de manutenção atendida e homologada no período.

1.12.2. Caso o resultado do cálculo do ICPTF-M seja maior que 150%, será adotado 150% para o valor deste Item de Controle. Caso a soma do ICPTF-M com o ICPLC-M seja maior que 100% do IP-M, será considerado 100% do valor do IP-M.

1.12.3. Entretanto, considerando o custo da medição em pontos de função de grande volume de demandas de manutenção, somente será realizada em caráter excepcional, a pedido de uma das partes contratuais para defesa de seus interesses.



Por exemplo, a Contratante poderá exigir a medição caso haja indícios de que a produtividade da Contratada esteja abaixo do exigido. Por outro lado, a Contratada poderá exigir a medição caso a Contratante reclame do desempenho do serviço prestado no âmbito de uma Ordem de Serviço.

1.12.4. Não sendo solicitada a medição, adotar-se-á 100% de cumprimento do ICPTF- M.

1.13. Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código de MANUTENÇÃO (ICPLC-M)

1.13.1. O cálculo do Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código de Manutenção (ICPLC-M) considerará a quantidade de linhas de código alteradas no período de aferição para atendimento das demandas de manutenção.

1.13.2. Este cálculo será feito de modo similar ao do Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código (ICPLC).

1.13.3. Caso o resultado do cálculo do ICPLC -M seja maior que 150%, será adotado 150% para o valor deste Item de Controle. Caso a soma do ICPTF-M com o ICPLC-M seja maior que 100% do IP-M, será considerado 100% do valor do IP-M.

1.14. Índice de Qualidade de MANUTENÇÃO (IQ-M)

1.14.1. O Índice de Qualidade de Manutenção (IQ) será obtido a partir de parâmetro *Maintainability Rating* da ferramenta SonarQube 5 ou superior.

1.14.2. Esse parâmetro reflete o débito técnico do software e seu valor é definido dentro de uma escala de A a E, sendo A a melhor nota e E a pior nota, conforme documentação da ferramenta (<https://docs.sonarqube.org/display/SONAR/Metric+Definitions#MetricDefinitions-Maintainability>).

1.14.3. Em síntese, a meta de qualidade em Ordem de Serviço de MANUTENÇÃO é não reduzir a nota do parâmetro *Maintainability Rating* que o software mantido possuía no momento da abertura da Ordem de Serviço.

1.14.4. O valor do Índice de Qualidade de Manutenção (IQ-M) será obtido a partir da seguinte fórmula:  $IQ-M = 100\% - (\text{número de rebaixamentos de nota} * 25\%)$

Por exemplo, se o software possuía inicialmente *Maintainability Rating* = A e no momento da aferição do IQ-M a nota passou a ser C, ocorreram 2 (dois) rebaixamentos de nota.

1.15. Avaliação do Product Owner – Manutenção (APO-M)

1.15.1. Considerando os princípios e valores do desenvolvimento ágil, o Product Owner (PO) do sistema mantido deverá avaliar os seguintes aspectos da prestação do serviço.

Item	Avaliação
1. Estabilidade das modificações realizadas	Eventual erro no atendimento das demandas ocasionou: [ ] 4 – nenhum erro em produção [ ] 3 – até 1 falha em produção [ ] 2 – até 3 falhas em produção [ ] 1 – até 5 falhas em produção [ ] 0 – mais que 5 falhas em produção
2 - Manutenção pela equipe de desenvolvimento de diálogo contínuo e eficiente com o Product Owner para esclarecer dúvidas e obter <i>feedback</i>	Eventual falta de comunicação da equipe de desenvolvimento com o PO ocasionou: [ ] 4 – nenhuma falha ou desvio [ ] 3 – falha ou desvio na minoria das entregas [ ] 2 – falha ou desvio na metade das entregas [ ] 1 – falha ou desvio na maioria das entregas [ ] 0 – falha ou desvio em todas as entregas
Comentários adicionais (optativo)	

1.15.2. O valor final da Avaliação do Product Owner - Manutenção (APO-M) será obtido da seguinte forma:  $APO-M = (\text{Valor do Item 1} + \text{Valor do Item 2}) / 8$

1.16. Descontos a serem aplicados de acordo com o índice de cumprimento dos níveis de serviço

1.16.1. O quadro a seguir mostra o desconto a ser aplicado no faturamento da Ordem de Serviço (OS) de acordo com o Índice de Manutenção do Sistema (IMS):

Índice de Manutenção do Sistema (IMS)	Desconto sobre o valor de faturamento da OS*
Igual ou superior a 80%	0%
Igual ou superior a 70% e inferior a 80%	10%
Igual ou superior a 60% e inferior a 70%	20%





Igual ou superior a 50% e inferior a 60%	30%
Inferior a 50%	40%

\* Após a apuração dos descontos, poderão ainda ser aplicadas as sanções e multas cabíveis.

- 1.16.2. O quadro a seguir mostra o desconto a ser aplicado no faturamento da Ordem de Serviço de acordo com níveis mínimos de serviço de componentes do IMS, sem prejuízo a outros eventuais descontos previstos neste Termo:

Componente do IMS	Nível de serviço	Desconto sobre o valor de faturamento da OS
Avaliação do Product Owner - Manutenção (APO-M)	Igual ou superior a 50%	0%
	Igual ou superior a 25% e inferior a 50%	5%
	Inferior a 25%	10%

- 1.17. Descontos a serem aplicados na primeira aferição do Índice de Manutenção do Sistema (IMS)

- 1.17.1. Excepcionalmente, na primeira aferição do Índice de Manutenção do Sistema (IMS) da Ordem de Serviço (OS), caso o período considerado não ultrapasse mais que um terço do período total da Ordem de Serviço, os descontos a serem aplicados no faturamento da Ordem de Serviço considerarão os do quadro a seguir.

Índice de Manutenção do Sistema (IMS)	Desconto sobre o valor de faturamento da OS*
Igual ou superior a 60%	0%
Igual ou superior a 50% e inferior a 60%	10%
Igual ou superior a 40% e inferior a 50%	20%
Inferior a 40%	30%

\* Após a apuração dos descontos, poderão ainda ser aplicadas as sanções e multas cabíveis.

Componente do IMS	Nível de serviço	Desconto sobre o valor de faturamento da OS
Avaliação do Product Owner - Manutenção (APO-M)	Igual ou superior a 50%	0%
	Igual ou superior a 25% e inferior a 50%	5%
	Inferior a 25%	10%

- 1.18. Produtividade-base

- 1.18.1. Nos quadros a seguir temos a produtividade-base em tamanho funcional e em linhas de código que serão utilizadas na aferição do cumprimento do Índice de Manutenção do Sistema (IMS):

Produtividade-base em Tamanho Funcional (Manutenção)	Produtividade-base em Linhas de Código (Manutenção)
0,42 Pontos de Função / DIA-DESENVOLVEDOR	25 Linhas de Código / DIA-DESENVOLVEDOR

- 1.19. Taxa Efetiva de Ocupação dos Postos de Trabalho da Ordem de Serviço (TEOPT)

- 1.19.1. Juntamente com a aferição do Índice de Evolução do Sistema (IES) será verificada a Taxa Efetiva de Ocupação dos Postos de Trabalho - TEOPT (quantidade de membros da equipe técnica da Contratada) previstos na Ordem de Serviço.

- 1.19.2. A TEOPT será a calculada dividindo a ocupação efetiva dos postos de trabalho (em dias- desenvolvedor) pela ocupação total prevista para este período (também em dias- desenvolvedor).

- 1.19.3. O quadro a seguir mostra o desconto adicional a ser aplicado no faturamento mensal da Ordem de Serviço de acordo com a TEOPT, sem prejuízo do desconto a ser aplicado por dia de não- ocupação de posto de trabalho:

Taxa Efetiva de Ocupação dos Postos de Trabalho previstos na OS (TEOPT)	Desconto sobre o valor do faturamento mensal da OS
Igual ou superior a 80%	0%
Igual ou superior a 50% e inferior a 80%	80% - TEOPT
Inferior a 50%	40%

- 1.19.4. A Contratante, a seu critério, poderá desconsiderar período de não-ocupação de posto de trabalho para efeito de aferição da Taxa Efetiva de Ocupação dos Postos de Trabalho (TEOPT) caso o profissional que ocupe regularmente o posto se ausente por razão que não enseje desconto salarial de acordo com a legislação trabalhista vigente.
  - 1.19.5. Excepcionalmente, caso os resultados obtidos no período de aferição do Índice de Evolução do Sistema corresponderem a, no mínimo, 80% do IES considerando 100% de TEOPT, serão desconsideradas eventuais não-ocupações de postos de trabalho até o limite de 5% da ocupação total prevista para o período para efeito de desconto por não preenchimento do posto de trabalho e para efeito do cálculo do TEOPT.
2. Inexecução parcial do contrato por descumprimento de nível DE SERVIÇO
    - 2.1. Poderá caracterizar inexecução parcial do contrato:
      - 2.1.1. Descumprimentos de níveis mínimos de serviço no âmbito da mesma Ordem de Serviço que tenham ensejado desconto total igual ou superior a 20% (vinte por cento) do valor de faturamento da Ordem de Serviço em dois faturamentos consecutivos ou por três faturamentos em seis faturamentos consecutivos dessa Ordem de Serviço.
      - 2.1.2. Não alcance de meta do mesmo indicador de qualidade no âmbito da mesma Ordem de Serviço, em três faturamentos consecutivos ou por quatro faturamentos em seis faturamentos consecutivos dessa Ordem de Serviço.
      - 2.1.3. Descumprimentos de níveis mínimos de serviço que tenham ensejado desconto total igual ou superior a 20% (vinte por cento) do valor de faturamento da Ordem de Serviço em três faturamentos dessa OS ou de OS distintas no período de 6 (seis) meses no âmbito do contrato.
      - 2.1.4. Tentativa de burla de mecanismos de aferição dos níveis de serviço previstos.

ANEXO VII – MODELOS DE ORDEM DE SERVIÇO E DE ADITIVO

<b>Tribunal Regional Federal da 2ª Região</b>		<b>Nº da OS</b>
Ordem de Serviço – Contrato nº / _____ Objeto: Serviços para projetos de desenvolvimento e de manutenção de software com práticas ágeis		
Tipo de OS	<input type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Manutenção	
Nome do Projeto/Sistema(s)		
Data de Abertura		
Data Prevista de Término		
Quantitativo de Postos de Trabalho:	<input type="checkbox"/> Analista Programador Java nível Sênior <input type="checkbox"/> Analista Programador PHP nível Sênior <input type="checkbox"/> Analista Programador Python e IA nível Sênior <input type="checkbox"/> Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior <input type="checkbox"/> Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior	
Representantes da Contratante:		
	Nome - Matrícula (Representante da área de negócio - demandante)	
	Nome - Matrícula (Gestor ou Fiscal do Contrato)	
Ciência do representante da Contratada:	_____ Nome – Cargo na Contratada	

<b>Tribunal Regional Federal da 2ª Região</b>		<b>Nº da OS</b>
Aditivo nº _____ à Ordem de Serviço – Contrato nº / _____ Objeto: Serviços de projeto e de manutenção de software com práticas ágeis		
Tipo de OS:	<input type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Manutenção	
Data do Aditivo:		
Tipo:	<input type="checkbox"/> Aumento de posto(s) de trabalho de Analista Programador Java nível Sênior <input type="checkbox"/> Aumento de posto(s) de trabalho de Analista Programador PHP nível Sênior <input type="checkbox"/> Redução de posto(s) de trabalho de Analista Programador Java nível Sênior <input type="checkbox"/> Redução de posto(s) de trabalho de Analista Programador PHP nível Sênior <input type="checkbox"/> Aumento de posto(s) de trabalho de Analista Programador Python e IA nível Sênior <input type="checkbox"/> Redução de posto(s) de trabalho de Analista Programador Python e IA nível Sênior <input type="checkbox"/> Aumento de posto(s) de trabalho de Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior <input type="checkbox"/> Redução de posto(s) de trabalho de Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior  <input type="checkbox"/> Prorrogação do Término da OS para _____ / ____ / ____ <input type="checkbox"/> Antecipação do Término da OS para _____ / ____ / ____	
Representantes da Contratante	Nome - Matrícula (Representante da área de negócio - demandante)	
	Nome - Matrícula (Gestor ou Fiscal do Contrato)	
Ciência do representante da Contratada:	_____ Nome – Cargo na Contratada	

Obs.: Estes modelos poderão ser alterados ou eventualmente substituídos por sistema informatizado visando melhor adequação à execução contratual.

ANEXO VIII – ORÇAMENTO MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTIMATIVO

Declaramos que a empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_,  
possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Órgão/Empresa	Nº Contrato/ Aditivo	Vigência		Valor Total Atual do Contrato
		Início	Término	
Valor Total dos Contratos (Atualizados)				

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO 36.4.

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada.

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1 Valor total dos contratos Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1.

COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO 37.

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta informada na DRE.

$(\text{Valor da receita bruta} - \text{Valor total dos contratos}) \times 100 = X\% \text{ Valor da receita bruta.}$

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), a LICITANTE deverá apresentar as devidas justificativas.

ANEXO IX – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO – TRD

Tribunal Regional Federal da 2ª Região		Contrato: / _____			
Termo de Recebimento Definitivo OS de PROJETO		Nº da OS: _____			
Nº de Receb. na OS: _____					
<b>1 - Dados básicos</b>					
1.1 Período considerado: _____ / _____ a _____ / _____					
1.2 Período considerado em meses: _____					
1.3 Quantidade de dias úteis no período: _____					
1.4 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR realizados no período: _____					
1.5 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR esperados no período <sup>a</sup> : _____					
1.6 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil JAVA sênior - realizados no período: _____					
1.7 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil JAVA sênior - esperados no período <sup>b</sup> : _____					
1.8 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil PHP sênior - realizados no período: _____					
1.9 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil PHP sênior - esperados no período <sup>c</sup> : _____					
1.10 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil Python e IA sênior - realizados no período: _____					
1.11 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil Python e IA sênior - esperados no período <sup>d</sup> : _____					
1.12 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior – realizado no período: _____					
1.13 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior – esperado no período <sup>e</sup> : _____					
1.14 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior – realizado no período: _____					
1.15 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior – esperado no período <sup>f</sup> : _____					
a [Quantidade total de membros definido na Ordem de Serviço] x [quantidade de dias úteis no período (item 1.3)]					
b [Quantidade de postos de nível JAVA sênior definido na Ordem de Serviço] x [quantidade de dias úteis no período (item 1.3)]					
c [Quantidade de postos de nível PHP sênior definido na Ordem de Serviço] x [quantidade de dias úteis no período (item 1.3)]					
d [Quantidade de postos de nível Python e IA sênior definido na Ordem de Serviço] x [quantidade de dias úteis no período (item 1.3)]					
e [Quantidade de postos de nível Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior definido na Ordem de Serviço] x [quantidade de dias úteis no período (item 1.3)]					
f [Quantidade de postos de nível Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior definido na Ordem de Serviço] x [quantidade de dias úteis no período (item 1.3)]					
<b>2 – Taxa Efetiva de Ocupação dos Postos de Trabalho previstos na OS (TEOPT)</b>					
2.1 TEOPT (item 1.4 / 1.5) = _____ = _____ %					
2.2 TEOPT sênior (item 1.6 / 1.7) = _____ = _____ %					
2.3 TEOPT pleno (item 1.8 / 1.9) = _____ = _____ %					
2.4 TEOPT pleno (item 1.10 / 1.11) = _____ = _____ %					
2.5 TEOPT pleno (item 1.12 / 1.13) = _____ = _____ %					
2.6 TEOPT pleno (item 1.14 / 1.15) = _____ = _____ %					
<b>3 - Itens homologados pelo Product Owner (PO) no período</b>					
<b>3.1 Descrição</b>		<b>3.2 Quantidade de Pontos de Função</b>			
<b>3.3 Tamanho da Evolução Funcional (TEF)</b>					
<b>4 – Índice de Produtividade (IP)</b>					
4.1 Produtividade no período em tamanho funcional = _____ = _____					
4.2 Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional (ICPTF) = _____ = _____					
4.3 Total de Linhas de Código Alteradas no período = _____					
4.4 Produtividade no período em linhas de código = _____ / _____ = _____					
4.5 Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código (ICPLC) = _____ / _____ = _____					
a (Item 3.3) / (Item 1.4)					
b (Item 4.1) / Produtividade-base em Tamanho Funcional					
c (Item 4.3) / (Item 1.4)					
d (Item 4.1) / Produtividade-base em Linhas de Código					
e (Item 4.2) * 0,25 + (Item 4.5) * 0,20					
<b>5 – Índice de Qualidade (IQ)</b>					
Grupo	Indicador	Unidade	Meta	Valor Obtido	Alcançou a meta? (S/N)
Projeto	Cyclomatic Complexity	média total	<= 10		
	Cognitive Complexity	média total	<= 10		
	Duplicated Lines	%	<= 4%		
	Security Rating	unidades	=0		
	Maintainability Overall Debt Ratio	%	<= 2,5%		
Violações de código (possíveis bugs, estilo de codificação, más práticas de codificação):	ISSUES Severity Critical	unidades	=0		
	ISSUES Severity Blocker	unidades	=0		

Indicadores relacionados a testes	Overall Unit Test Code Coverage	%	>=70%		
	Unit Test Success	%	>=100%		
Total de Indicadores que alcançaram a meta = _____					
Total de Indicadores = 9					
Índice de Qualidade (IQ) = _____ / 9 = _____ % <sup>a</sup>					
a (Item 5.1) / 9					
<b>6 – Avaliação do Product Owner (APO)</b>					
Item	Avaliação				
1- Periodicidade de entrega de software para homologação (preferência por período entre 1 a 4 semanas)	Entregas realizadas em período igual ou menor a 4 semanas: <input type="checkbox"/> 4 – Todas <input type="checkbox"/> 3 – Maioria <input type="checkbox"/> 2 – Metade <input type="checkbox"/> 1 – Minoria <input type="checkbox"/> 0 – Nenhuma				
2- Receptividade da equipe de desenvolvimento a mudança de requisitos mesmo em estágio avançado de desenvolvimento	<input type="checkbox"/> 4 – <u>Não</u> houve resistência à <u>nenhuma</u> solicitação de mudança de requisitos <input type="checkbox"/> 3 – <u>Não</u> houve resistência à <u>maioria</u> das solicitações de mudança de requisitos <input type="checkbox"/> 2 – <u>Não</u> houve resistência à <u>metade</u> das solicitações de mudança de requisitos <input type="checkbox"/> 1 – <u>Não</u> houve resistência à <u>minoria</u> das solicitações de mudança de requisitos <input type="checkbox"/> 0 – <u>Houve</u> resistência a todas as solicitações de mudança de requisitos				
3- Manutenção pela equipe de desenvolvimento de diálogo contínuo e eficiente com o Product Owner para esclarecer dúvidas e obter <i>feedback</i>	Eventual falta de comunicação da equipe de desenvolvimento com o PO ocasionou: <input type="checkbox"/> 4 – nenhuma falha ou desvio <input type="checkbox"/> 3 – falha ou desvio na minoria das entregas <input type="checkbox"/> 2 – falha ou desvio na metade das entregas <input type="checkbox"/> 1 – falha ou desvio na maioria das entregas <input type="checkbox"/> 0 – falha ou desvio em todas as entregas				
<b>Comentários adicionais (optativo)</b>					
6.1 APO = (Valor do Item 1 + Valor do Item 2 + Valor do Item 3) / 12 = _____ %					
<b>7 – Índice de Evolução do Sistema (IES)</b>					
7.1 IES = (0,25 x ICPTF) + (0,20 x ICPLC) + (0,40 x IQ) + (0,15 x APO) IES = (0,25 x _____) + (0,20 x _____) + (0,40 x _____) + (0,15 x _____) = _____					
<b>8 – Valor a pagar</b>					
8.1 Valor mensal previsto para a Ordem de Serviço: R\$ _____					
8.2 Valor mensal correspondente aos postos de nível JAVA sênior : R\$ _____					
8.3 Valor mensal correspondente aos postos de nível PHP sênior : R\$ _____					
8.4 Valor mensal correspondente aos postos de nível Python e IA sênior : R\$ _____					
8.5 Valor mensal correspondente aos postos de nível Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior: R\$ _____					
8.6 Valor mensal correspondente aos postos de nível Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior: R\$ _____					
8.7 Desconto por não-ocupação de posto de trabalho – JAVA sênior: _____ <sup>a</sup>					
8.8 Desconto por não-ocupação de posto de trabalho – PHP sênior: _____ <sup>b</sup>					
8.9 Desconto por não-ocupação de posto de trabalho – Python e IA sênior: _____ <sup>c</sup>					
8.10 Desconto por não-ocupação de posto de trabalho - Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior: _____ <sup>d</sup>					
8.11 Desconto por não-ocupação de posto de trabalho - Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior: _____ <sup>e</sup>					
8.12 Desconto adicional por infração ao nível mínimo de serviço exigido para TEOPT = _____ % <sup>f</sup> ( ) Foi aplicada exceção prevista no Anexo VI ao calcular os itens 8.7, 8.8, 8.9, 8.10, 8.11 e 8.12					
8.13 Desconto a ser aplicado em função do ICPTF = _____ % <sup>g</sup>					
8.14 Desconto a ser aplicado em função do IQ = _____ % <sup>h</sup>					
8.15 Desconto a ser aplicado em função do APO = _____ % <sup>i</sup>					
8.16 Desconto a ser aplicado em função do IES = _____ % <sup>j</sup>					
8.17 Subtotal de descontos a serem aplicados por não alcance de NMS = _____ % <sup>k</sup>					
8.18 Valor a pagar = [ (Item 8.1 Valor mensal previsto para a OS) x (1.2 período considerado em meses) - (Desconto por não-ocupação de posto de trabalho – JAVA sênior) – (Desconto por não-ocupação de posto de trabalho – PHP sênior) - (Desconto por não-ocupação de posto de trabalho – Python e IA sênior) – (Desconto por não-ocupação de posto de trabalho - Líder Técnico) – (Desconto por não-ocupação de posto de trabalho - Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior)] x (100% - Item 8.17). Valor a pagar = R\$ _____					
a Item 8.2 x (100% - (item 2.2)), observando exceções previstas no Anexo VI – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento.					
b Item 8.3 x (100% - (item 2.3)), observando exceções previstas no Anexo VI – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento.					
c Item 8.4 x (100% - (item 2.4)), observando exceções previstas no Anexo VI – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento.					
d Item 8.5 x (100% - (item 2.5)), observando exceções previstas no Anexo VI – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento.					
e Item 8.6 x (100% - (item 2.6)), observando exceções previstas no Anexo VI – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento.					
f Ver Anexo VI – Níveis Mínimos de Serviço e Cálculo de Pagamento.					
g, h, i, j Ver regra para primeira aferição no âmbito da Ordem de Serviço e para segunda aferição em seguida do Anexo VI – Níveis Mínimos de Serviço e Cálculo de Pagamento.					

K Item 8.12 + item 8.13 + item 8.14 + item 8.15 + item 8.16.	
<b>9 – Fiscalização Administrativa</b>	
9.1 ( ) Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária – 1ª parte <sup>a</sup>	
9.2 ( ) Comprovação de pagamento de salários (respeitando o limite salarial mínimo estabelecido no Projeto Básico), inclusive férias e 13º salário, quando cabível, de vale- transporte e de vale-alimentação <sup>b</sup>	
9.3 ( ) Extratos comprobatórios do recolhimento do FGTS e da contribuição social previdenciária (INSS) <sup>c</sup>	
9.4 ( ) Guias da Previdência Social e Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência social com comprovante de entrega <sup>d</sup>	
Os documentos referentes aos itens _____ encontram-se juntados a este processo.	
Representantes da Contratante:	<div>_____ Nome - Matrícula (Representante da área de negócio - demandante)</div> <div>_____ Nome - Matrícula (Gestor ou Fiscal do Contrato)</div>
Ciência do representante da Contratada:	<div>_____ Nome – Cargo na Contratada</div>

Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Contrato: / _____ Nº da OS: _____ Nº de Receb. na OS: _____
Termo de Recebimento Definitivo OS de MANUTENÇÃO	

<b>1 - Dados básicos</b>
1.1 Período considerado: _____ / _____ a _____ / _____
1.2 Período considerado em meses: _____
1.3 Quantidade de dias úteis no período: _____
1.4 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR realizados no período: _____
1.5 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR esperados no período <sup>a</sup> : _____
1.6 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil JAVA sênior - realizados no período:
1.7 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil JAVA sênior - esperados no período <sup>b</sup> : _____
1.8 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil PHP sênior - realizados no período:
1.9 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil PHP sênior - esperados no período <sup>c</sup> : _____
1.10 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil Python e IA sênior - realizados no período:
1.11 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil Python e IA sênior - esperados no período <sup>d</sup> : _____
1.12 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior – realizado no período: _____
1.13 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior – esperado no período e: _____
1.14 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior – realizado no período: _____
1.15 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR – perfil Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior – esperado no período f: _____
a [Quantidade total de membros definido na Ordem de Serviço] x [quantidade de dias úteis no período (item 1.3)] b [Quantidade de postos de nível JAVA sênior definido na Ordem de Serviço] x [quantidade de dias úteis no período (item 1.3)]
c [Quantidade de postos de nível PHP sênior definido na Ordem de Serviço] x [quantidade de dias úteis no período (item 1.3)]
d [Quantidade de postos de nível Python sênior definido na Ordem de Serviço] x [quantidade de dias úteis no período (item 1.3)]
e [Quantidade de postos de nível Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior definido na Ordem de Serviço] x [quantidade de dias úteis no período (item 1.3)]
f [Quantidade de postos de nível Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior definido na Ordem de Serviço] x [quantidade de dias úteis no período (item 1.3)]
<b>2 – Taxa Efetiva de Ocupação dos Postos de Trabalho previstos na OS (TEOPT)</b>
2.1 TEOPT (item 1.4 / 1.5) = _____ / _____ = _____ %
2.2 TEOPT sênior (item 1.6 / 1.7) = _____ / _____ = _____ %
2.3 TEOPT pleno (item 1.8 / 1.9) = _____ / _____ = _____ %
2.4 TEOPT pleno (item 1.10 / 1.11) = _____ / _____ = _____ %
2.5 TEOPT pleno (item 1.12 / 1.13) = _____ / _____ = _____ %

2.6 TEOPT pleno (Item 1.14 / 1.15) =      /      =      %		
<b>3 – Demandas atendidas e homologadas pelo Product Owner (PO) no período</b>		
3.1 Descrição	3.2 Quantidade de Pontos de Função (se foi solicitada a medição detalhada)	
3.3 Total de Pontos de Função (TPF)		
<b>4 – Índice de Produtividade de Manutenção (IP-M)</b>		
Produtividade no período em tamanho funcional =      /      =      a		
Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional de Manutenção (ICPTF-M) =      /      =		
Total de Linhas de Código Alteradas no período =		
Produtividade no período em linhas de código =      /      =      c		
Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código de Manutenção (ICPLC-M) =      /      =		
d a (Item 3.3) / (Item 1.4)		
b (Item 4.1) / Produtividade-base em Tamanho Funcional–Manutenção ou 100% caso não tenha sido solicitada a medição detalhada		
c (Item 4.3) / (Item 1.4)		
d (Item 4.1) / Produtividade-base em Linhas de Código – Manutenção e		
(Item 4.2) * 0,25 + (Item 4.5) * 0,20		
<b>5 – Índice de Qualidade de Manutenção (IQ-M)</b>		
Maintainability Rating na abertura da OS	Maintainability Rating atual	Número de rebaixamentos de nota
5.1 Índice de Qualidade de Manutenção (IQ-M) = 100% - (número de rebaixamentos de nota * 25%) =      %		
<b>6 Avaliação do Product Owner (APO)</b>		
Item	Avaliação	
1. Estabilidade das modificações realizadas	Eventual erro no desenvolvimento das demandas	
	ocasionou: [ ] 4 – nenhum erro em produção [      ] [ ] 3 – até 1 falha em produção [ ] 2 – até 3 falhas em produção [      ] [ ] 1 – até 5 falhas em produção [ ] 0 – mais que 5 falhas em produção	



2 - Manutenção pela equipe de desenvolvimento de diálogo contínuo e eficiente com o Product Owner para esclarecer dúvidas e obter <i>feedback</i>	Eventual falta de comunicação da equipe de desenvolvimento com o PO ocasionou: [ ] 4 – nenhuma falha ou desvio [ ] 3 – falha ou desvio na minoria das entregas [ ] [ ] 2 – falha ou desvio na metade das entregas [ ] [ ] 1 – falha ou desvio na maioria das entregas [ ] 0 – falha ou desvio em todas as entregas
Comentários adicionais (optativo)	
6.1 APO = (Valor do Item 1 + Valor do Item 2) / 8 = %	
<b>7 Índice de Manutenção do Sistema (IMS)</b>	
7.1 IES = (0,25 x ICPTF-M) + (0,20 x ICPLC-M) + (0,40 x IQ-M) + (0,15 x APO-M) IES = (0,25 x _____) + (0,20 x _____) + (0,40 x _____) + (0,15 x _____) = _____	
<b>8 Valor a pagar</b>	
8.1 Valor mensal previsto para a Ordem de Serviço: R\$ _____	
8.2 Valor mensal correspondente aos postos de nível JAVA sênior : R\$ _____	
8.3 Valor mensal correspondente aos postos de nível PHP sênior : R\$ _____	
8.4 Valor mensal correspondente aos postos de nível Python e IA sênior : R\$ _____	
8.5 Valor mensal correspondente aos postos de nível Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior: R\$ _____	
8.6 Valor mensal correspondente aos postos de nível Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior: R\$ _____	
8.7 Desconto por não-ocupação de posto de trabalho – JAVA sênior: _____ <sup>a</sup>	
8.8 Desconto por não-ocupação de posto de trabalho – PHP sênior: _____ <sup>b</sup>	
8.9 Desconto por não-ocupação de posto de trabalho – Python e IA sênior: _____ <sup>c</sup>	
8.10 Desconto por não-ocupação de posto de trabalho - Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior: _____ <sup>d</sup>	
8.11 Desconto por não-ocupação de posto de trabalho - Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior: _____ <sup>e</sup>	
8.12 Desconto adicional por infração ao nível mínimo de serviço exigido para TEOPT = % <sup>f</sup>	
( ) Foi aplicada exceção prevista no Anexo VI ao calcular os itens 8.7, 8.8, 8.9, 8.10, 8.11 e 8.12.	
8.13 Desconto a ser aplicado em função do ICPTF = _____ % <sup>g</sup>	
8.14 Desconto a ser aplicado em função do IQ = _____ % <sup>h</sup>	
8.15 Desconto a ser aplicado em função do APO = _____ % <sup>i</sup>	
8.16 Desconto a ser aplicado em função do IES = _____ % <sup>j</sup>	
8.17 Subtotal de descontos a serem aplicados por não alcance de NMS = _____ % <sup>k</sup>	
8.18 Valor a pagar = [ (Item 8.1 Valor mensal previsto para a OS) x (1.2 Período considerado em meses) - (Desconto por não-ocupação de posto de trabalho – JAVA sênior) – (Desconto por não-ocupação de posto de trabalho – PHP sênior) - (Desconto por não-ocupação de posto de trabalho – Python e IA sênior) – (Desconto por não-ocupação de posto de trabalho - Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior) – (Desconto por não-ocupação de posto de trabalho – Líder Técnico – analista-Programador PHP nível Sênior)] x (100% - Item 8.17).	
Valor a pagar = R\$ _____	
a Item 8.2 x (100% - (item 2.2)), observando exceções previstas no Anexo VI – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento.	
b Item 8.3 x (100% - (item 2.3)), observando exceções previstas no Anexo VI – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento.	
c Item 8.4 x (100% - (item 2.4)), observando exceções previstas no Anexo VI – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento.	
d Item 8.5 x (100% - (item 2.5)), observando exceções previstas no Anexo VI – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento.	
e Item 8.6 x (100% - (item 2.6)), observando exceções previstas no Anexo VI – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento.	
f Ver Anexo VI – Níveis Mínimos de Serviço e Cálculo de Pagamento.	
g, h, i, j Ver regra para primeira aferição no âmbito da Ordem de Serviço e para segunda aferição em seguida do Anexo VI – Níveis Mínimos de Serviço e Cálculo de Pagamento.	
k Item 8.12 + item 8.13 + item 8.14 + item 8.15 + item 8.16.	

<b>9 Fiscalização Administrativa</b>	
<input type="checkbox"/> Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária – 1ª parte <sup>a</sup>	
<input type="checkbox"/> Comprovação de pagamento de salários (respeitando o limite salarial mínimo estabelecido no Projeto Básico), inclusive férias e 13º salário, quando cabível, de vale- transporte e de vale-alimentação <sup>b</sup>	
<input type="checkbox"/> Extratos comprobatórios do recolhimento do FGTS e da contribuição social previdenciária (INSS) <sup>c</sup>	
9.4 <input type="checkbox"/> Guias da Previdência Social e Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência social com comprovante de entrega <sup>d</sup>	
Os documentos referentes aos itens _____ encontram-se juntados a este processo.	
Representantes da Contratante:	_____ Nome - Matrícula (Representante da área de negócio - demandante)
	_____ Nome - Matrícula (Gestor ou Fiscal do Contrato)
Ciência do representante da Contratada:	_____ Nome – Cargo na Contratada

Obs.: Estes modelos poderão ser alterados ou eventualmente substituídos por sistema informatizado visando melhor adequação à execução contratual.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO II - Planilha de Preços

PE XX-25

0000025-37.2024.4.02.8000

Item	Objeto	Qtd.	Preço Unitário	Preço Mensal (R\$)	Preço Anual Total (R\$)
1	Analista Programador Java nível Sênior	8	23.812,73	190.501,84	2.286.022,08
2	Analista Programador PHP nível Sênior	14	23.196,13	324.745,82	3.896.949,84
3	Analista Programador Python e IA nível Sênior	4	25.661,40	102.645,60	1.231.747,20
4	Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior	2	32.992,13	65.984,26	791.811,12
5	Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior	2	32.992,13	65.984,26	791.811,12
Soma total:				749.861,78	8.998.341,36

Módulo 01 – Mão de obra – Remuneração			
Categoria Profissional:			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base	R\$ 0,00	
B	Adicional de periculosidade	R\$ 0,00	
C	Adicional de insalubridade	R\$ 0,00	
D	Adicional Noturno	R\$ 0,00	
E	Hora noturna adicional	R\$ 0,00	
F	Outros(Especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 0,00	
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários		VALOR R\$	
A	Transporte	R\$ 0,00	
B	Auxílio alimentação (refeição, cestas básicas)	R\$ 0,00	
C	Assistência médica e familiar	R\$ 0,00	
D	Benefício Social Familiar	R\$ 0,00	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 0,00	
F	Outros	R\$ 0,00	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 0,00	
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos		VALOR R\$	
A	Uniformes	R\$ 0,00	

B	Materiais			R\$ 0,00	
C	Equipamentos e Ferramentas(depreciação)			R\$ 0,00	
D	EPI			R\$ 0,00	
E	Outros			R\$ 0,00	
F				R\$ 0,00	
G				R\$ 0,00	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS				R\$ 0,00	
Módulo 04 – Encargos Sociais eTrabalhistas					
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários eFGTS				%	VALOR R\$
A	INSS			0,00%	R\$ 0,00
B	SESI ou SESC			1,50%	R\$ 0,00
C	SENAI ou SENAC			1,00%	R\$ 0,00
D	INCRA			0,20%	R\$ 0,00
E	Salário-educação			2,50%	R\$ 0,00
F	FGTS			8,00%	R\$ 0,00
G	Seguro acidente do trabalho			2,0000%	R\$ 0,00
H	SEBRAE			0,60%	R\$ 0,00
TOTAL				15,80%	R\$ 0,00
Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional deFérias				%	VALOR R\$
A	13º Salário			9,09%	R\$ 0,00
B	Adicional de Férias			3,03%	R\$ 0,00
Subtotal				12,12%	R\$ 0,00
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13ºSalário			1,91%	R\$ 0,00
TOTAL				14,03%	R\$ 0,00
Submódulo 4.3 – AfastamentoMaternidade				%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade			0,03%	R\$ 0,00
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre oafastamento			0,005%	R\$ 0,0000
TOTAL				0,035%	R\$ 0,00
Submódulo 4.4 –Rescisão				%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado			0,42%	R\$ 0,00
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévioindenizado			0,03%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS do aviso prévioindenizado			0,015%	R\$ 0,00
D	Aviso préviotrabalhado			1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso préviotrabalhado			0,31%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS do aviso préviotrabalhado			0,01%	R\$ 0,00
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa50%			4,36%	R\$ 0,00
TOTAL				7,08%	R\$ 0,00
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente				%	VALOR R\$
A	Férias			9,09%	R\$ 0,00
B	Ausência por doença			1,66%	R\$ 0,00
C	Licença-paternidade			0,02%	R\$ 0,00
D	Ausências legais			0,82%	R\$ 0,00
E	Ausência por acidente detrabalho			0,03%	R\$ 0,00

F	Outros (Especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 0,00
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	1,84%	R\$ 0,00
TOTAL		13,46%	R\$ 0,00
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	15,80%	R\$ 0,00
4.2	13º (décimo terceiro salário)	14,03%	R\$ 0,00
4.3	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 0,00
4.4	Custo de rescisão	7,08%	R\$ 0,00
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	13,46%	R\$ 0,00
4.6	Outros (Especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		50,41%	R\$ 0,00
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 0,00
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 0,00
B	Lucro	6,79%	R\$ 0,00
C	Subtotal para efeito de cálculo dos tributos		R\$ 0,00
D	Fator auxiliar para cálculo $[1 \div (C1 + C2 + C3)]$	81,25%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 0,00
	Tributos		
	C1. PIS	1,65%	R\$ 0,00
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 0,00
	C3. ISS	5,00%	R\$ 0,00
	CPRB	4,50%	R\$ 0,00
Total dos tributos		18,75%	R\$ 0,00
TOTAL (custos indiretos + lucro + tributos)			R\$ 0,00
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL –			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			R\$ 0,00
II – Benefícios mensais e diários			R\$ 0,00
III – Insumos diversos			R\$ 0,00
IV – Encargos sociais e trabalhistas			R\$ 0,00
Subtotal (I + II + III + IV)			R\$ 0,00
V – Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 0,00



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**, Coordenador em exercício, em 13/05/2025, às 13:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0964407** e o  
código CRC **E817EA52**.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO II - 1

COMPLEMENTO

Esclarecimento: Para efeito de cadastramento no compras.gov e lances, o valor unitário refere-se ao valor mensal de cada categoria. A quantidade refere-se ao número de profissionais por categoria multiplicado por 12 (meses).

Item	Objeto	Nº de profissionais	Qtd. (nº de profissionais x 12)	Preço Unitário Valor mensal	Preço Anual Total (R\$)
1	Analista Programador Java nível Sênior	8	96	23.812,73	2.286.022,08
2	Analista Programador PHP nível Sênior	14	168	23.196,13	3.896.949,84
3	Analista Programador Python e IA nível Sênior	4	48	25.661,40	1.231.747,20
4	Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior	2	24	32.992,13	791.811,12
5	Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior	2	24	32.992,13	791.811,12
Soma total:					8.998.341,36



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**,  
**Coordenador em exercício**, em 13/05/2025, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0982895** e o  
código CRC **F943F3F1**.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO ME e EPP

(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/202\_\_

Proc. nº \_\_\_\_\_

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (..) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

EMPRESA:

DATA:

ASSINATURA:



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**,  
**Coordenador em exercício**, em 13/05/2025, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0984203** e o  
código CRC **24F28A6C**.

0000025-37.2024.4.02.8000

SEI 0984203v1





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/202\_

Proc. nº \_\_\_\_\_

DECLARA, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

( ) não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

( ) Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome: Parentesco: Órgão: CC\* MPJ\*

\*CC= ocupante de cargo em comissão

\*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**, Coordenador em exercício, em 13/05/2025, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0984267** e o código CRC **A6D7C3BF**.

0000025-37.2024.4.02.8000

SEI 0984267v1



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO

(Artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 9 de 06.12.2005 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900\_\_\_/24

Proc. nº TRF2-EOF-202\_\_\_/00

\_\_\_\_\_, DECLARO, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

( ) não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Judiciário ou servidor que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

( ) Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

\*CC= ocupante de cargo em comissão

\*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**, **Coordenador em exercício**, em 13/05/2025, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0984272** e o código CRC **B14AD6AE**.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS

Pregão Eletrônico nº 900\_/25  
Proc. nº 0000317-22.2024.4.02.8000

Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e com a Administração Pública.

Declaramos que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Contratante	CNPJ	Nº/Ano do contrato	Data da assinatura	Data da vigência	Valor anual
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____
Valor Total dos Contratos Atualizados: _____					

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO 9.6.1

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada.

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total dos contratos}} \times 12 > 1$$

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1.

COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO 9.6.5

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

$$\frac{(\text{Valor da receita bruta} - \text{Valor total dos contratos}) \times 100}{\text{Valor da receita bruta}} = X\%$$

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), o licitante deverá apresentar as devidas justificativas.

JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL SUPERIOR A 10%

---

---

---

---

---

---

---

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**, **Coordenador em exercício**, em 13/05/2025, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0984276** e o código CRC **655E692B**.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

MINUTA TRF2 0973773

Ata de Registro de Preços n.º \_\_\_\_\_  
Proc. Adm. SEI nº 0000025-37.2024.4.02.8000  
Pregão Eletrônico/SRP N.º 90026/2025

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, n.º 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho**, doravante denominado simplesmente **TRF - 2ª RG**, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SRP N.º 90026/2025**, homologado em \_\_/\_\_/\_\_, através do despacho nº \_\_\_\_\_ do Processo Administrativo SEI nº 0000025-37.2024.4.02.8000, **RESOLVE** registrar o preço da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º \_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu(sua) \_\_\_\_\_, **Sr(a).** \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada para o(s) item(ns), atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação presencial de serviços para projetos de desenvolvimento e de manutenção de *software* com práticas ágeis, para a Justiça Federal da 2ª Região, sob demanda, por meio de Ordem de Serviço emitida pela Contratante, conforme especificações técnicas e condições contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP mencionado no preâmbulo, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentada pela licitante adjudicada, independentemente de transcrição, conforme consta nos autos do Proc. Adm. SEI nº 0000025-37.2024.4.02.8000, observado o disposto nos itens 1.1 e 1.2 do Edital do Pregão Eletrônico SRP.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por igual período, a critério do TRF - 2ª Região, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2 - Este instrumento não obriga o TRF - 2ª RG a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, obedecida a legislação pertinente.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

A administração desta Ata caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF-2ª Região.

**4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO:**

4.1 - O(s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões), o(s) quantitativo(s), a(s) empresa(s) fornecedora(s) e representante(s) legal(is) encontram-se enunciados na presente Ata.

	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Qtd	Preço Unitário (R\$)	Preço Mensal (R\$)	Preço Anual (R\$)
Grupo 1	1	Analista Programador Java nível Sênior	08			
	2	Analista Programador PHP nível Sênior	14			
	3	Analista Programador Python e IA nível Sênior	04			
	4	Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior	02			
	5	Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior	02			
VALOR TOTAL REGISTRADO:						

4.2 - Valor total registrado: **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);

4.3 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes aos serviços deverão estar incluídas no preço proposto;

4.4 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta Ata de Registro de Preços.

4.5 - O fornecedor deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4.6 - O prazo de entrega dos projetos deve seguir a tabela abaixo:

1. Prazo máximo de desenvolvimento por faixa de tamanho		
2. Tamanho do Projeto (em PF)	3. Tamanho do projeto (em EF)	4. Prazo máximo (em dias úteis)
5. Até 10	6. Até 7,50 EF	7. 10 dias
8. De 11 a 20	9. De 7,51 a 15,00	10. 20 dias
11. De 21 a 30	12. De 15,01 a 22,50	13. 30 dias
14. De 31 a 40	15. De 22,51 a 30,00	16. 40 dias
17. De 41 a 50	18. De 30,01 a 37,50	19. 50 dias
20. De 51 a 60	21. De 37,51 a 45,00	22. 60 dias
23. De 61 a 70	24. De 45,01 a 52,50	25. 70 dias
26. De 71 a 85	27. De 52,51 a 60,00	28. 88 dias
29. De 86 a 99	30. De 60,01 a 67,50	31. 104 dias
O método utilizado para estimar o prazo máximo dos projetos com tamanho superior ao constante da tabela acima é dado pela seguinte fórmula: $T = V^{0,35}$ T: prazo máximo de desenvolvimento em meses V: tamanho funcional do projeto		

## 5 - CLÁUSULA QUINTA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

5.1 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado, de acordo como estabelecido no item 14.3 do Edital, nas seguintes situações:

5.1.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

5.1.2 - Quando o Fornecedor não assinar o Contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3 - Não aceitar manter o preço registrado, na hipótese de indeferimento de pedido de alteração, nos termos do artigo 27, §2º, do Decreto nº 11.462/2023;

5.1.4 - Sofrer sanção prevista no artigo 156, incisos III ou IV, da Lei nº 14.133/2021;

5.1.4.1 - Caso a penalidade não ultrapasse o prazo de vigência da Ata, o Órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

5.2 - O cancelamento do registro do fornecedor será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

5.3 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão gerenciador nesta Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

5.3.1 - Existência de razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;

5.3.2 - A pedido do fornecedor, mediante comprovação de que está impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata, devido à ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

5.3.3 - Ausência de êxito nas negociações para adequação do preço registrado ao preço praticado pelo mercado, nos termos do artigo 26, §3º, e do artigo 27, §4º, do Decreto nº 11.462/2023.

5.4 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao procedimento administrativo da presente Ata;

5.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos serviços.

## 6 - CLÁUSULA SEXTA: DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO:

6.1 - O TRF - 2ª RG fará as aquisições mediante emissão da solicitação de fornecimento e de Contrato específico, celebrado de acordo com os produtos/serviços e quantidades constantes na referida solicitação.

6.2 - A contratação será sempre representada pelo Contrato, sendo a celebração formalizada por meio de encaminhamento, ao Fornecedor com preço registrado na Ata de Registro de Preços, Contrato, via e-mail ou ofício, devendo, nesses casos, ser acusado o seu recebimento pelo Fornecedor.

6.3 - O Fornecedor se compromete a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.4 - Os serviços deverão ser executados sob demanda, por meio de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

6.4.1 - O início da execução dos serviços será realizado em até 40 (quarenta) dias corridos após a emissão da 1ª OS.

6.4.2 - Nas demais OS's, o prazo de início dos serviços será de até 5 (cinco) dias úteis após a emissão das OS's ou na data de início constante da OS.

6.5 - Os serviços serão prestados por meio de profissionais da Contratada alocados exclusivamente para o Contratante, na forma de postos de trabalho.

6.5.1 - A quantidade de postos de trabalho demandados à Contratada deverá constar na abertura da OS.

6.5.2 - O somatório de postos de trabalho previstos em todas as Ordens de Serviço não poderá exceder o quantitativo máximo de postos de trabalho previstos no edital.

6.5.3 - Fica a critério do Contratante a alocação ou não da totalidade dos postos previstos em função da demanda e disponibilidade orçamentária ao longo da execução.

## **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

7.1 - Os órgãos da Administração Pública Federal que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir a esta Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

7.1.1 - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2 - Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.3 - Prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

7.1.3.1 - Eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme subitem 7.4.

7.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 7.1, não poderá exceder, por órgão da Administração Pública Federal, a 50% (*cinquenta por cento*) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes.

7.3 - O limite global de adesões a esta ata de registro de preços, a que se refere o subitem 7.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos da Administração Pública Federal não participantes que aderirem, nos termos do artigo 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 32, caput, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023.

7.3.1 - O limite referenciado no item 7.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, § 2º, do Decreto nº 11.462/2023.

7.4 - Os órgãos da Administração Pública Federal que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 7.1.3;

7.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

7.5.1 - A concordância do fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

7.6 - Ao órgão da Administração Pública Federal não participante que aderir a esta Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.7 - O órgão da Administração Pública Federal não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (*noventa*) dias, observado o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços.

7.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência desta Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

7.9 - É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

7.10 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos nesta Ata.

7.11 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo Órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e os órgãos da Administração Pública Federal não participantes do registro de preços, da seguinte forma:

7.11.1 - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.11.2 - de órgão ou entidade participante para órgão da Administração Pública Federal não participante.

7.12 - O Órgão gerenciador será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o subitem 7.11, na hipótese de haver estimativa das quantidades que pretende contratar;

7.13 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão da Administração Pública Federal não participante, serão observados os limites previstos nos subitens 7.2 e 7.3.

7.14 - O remanejamento de que trata o subitem 7.11 deve ser solicitado pelo órgão interessado e autorizado pelo Órgão gerenciador, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência deste(a).

7.15 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

## **8 - CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO / ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

8.1 - Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no artigo 25 do Decreto nº 11.462/2023.

8.1.1 - Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata, facultando-se à Administração, independentemente do cancelamento da Ata e a qualquer tempo, iniciar outro processo licitatório.

8.2 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo serviços registrados.

## **9 - CLÁUSULA NONA: DO CADASTRO DE RESERVA:**

9.1 - Desde que atendidos os pressupostos da lei, será incluído nesta Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que:

9.1.1 - Aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos da licitante vencedora; e

9.1.2 - Mantiverem sua proposta original.

9.2 - A inclusão do registro de licitantes a que se refere o item 9.1 desta Ata será realizada segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

9.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

9.4.1 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens/serviços com preços iguais aos da adjudicatária anuir a contratação, serão convocadas as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço da adjudicatária.

9.4.2 - Caso frustrada a negociação de melhor condição, nos termos do subitem 9.4.1, será realizada a adjudicação e firmado o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

9.5 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

## **10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

10.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

10.2 - Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico SRP mencionado no preâmbulo, seus Anexos, as documentações e as propostas das empresas classificadas, independentemente de transcrição.

10.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), o Fornecedor deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico [dcont@trf2.jus.br](mailto:dcont@trf2.jus.br), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

## **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas da presente Ata ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes a presente Ata.

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Presidente

RESPONSÁVEL  
FORNECEDOR  
(cargo)



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HENRIQUE DE ARAGÃO PEDROSO**, Diretor, em 08/05/2025, às 18:31, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006.  
Nº de Série do Certificado: 3333545571928485941



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0973773** e o código CRC **DE38A212**.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**MINUTA TRF2 0973937**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO PRESENCIAL DE SERVIÇOS PARA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E DE MANUTENÇÃO DE *SOFTWARE* COM PRÁTICAS ÁGEIS, SOB DEMANDA, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Proc. Adm. SEI nº 0000025-37.2024.4.02.8000

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu(sua) \_\_\_\_\_, **Sr(a)**. \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo SEI nº 0000025-37.2024.4.02.8000, em consequência do Pregão Eletrônico SRP nº 90026/2025, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025, através do despacho nº \_\_\_\_\_, FIRMAM o presente Contrato objetivando a *prestação presencial de serviços para projetos de desenvolvimento e de manutenção de software com práticas ágeis, para a Justiça Federal da 2ª Região*, sob demanda, sujeitas as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023 e demais legislações aplicáveis e às seguintes cláusulas e condições:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a prestação presencial de serviços para projetos de desenvolvimento e de manutenção de software com práticas ágeis, para a Justiça Federal da 2ª Região, sob demanda, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90026/2025 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII e na forma estabelecida no presente Contrato.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

**2.1 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

2.1.1 - As especificações técnicas dos serviços estão detalhadamente descritas no item 8 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

**2.2 - DA FORMA DE EXECUÇÃO:**

2.2.1 - A Contratada deverá prestar serviços técnicos de projeto, desenvolvimento e sustentação de *software* com práticas ágeis seguindo processo definido pelo Contratante e que prevê a adoção de práticas ágeis, como Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban, respeitando os padrões técnicos adotados no

Contratante.

2.2.2 - Os serviços serão prestados por meio de profissionais da Contratada alocados exclusivamente para o Contratante, na forma de postos de trabalho.

2.2.2.1 - Cada profissional fará o papel de membro de equipe de desenvolvimento previsto no Scrum, enquanto os demais papéis, como Scrum Master e Product Owner (PO), dentre outros, serão desempenhados por representantes do Contratante ou por ele indicado.

2.2.3 - A Contratante demandará à Contratada a alocação de profissionais por meio de abertura de Ordem de Serviço (OS) em seu sistema informatizado de controle de demandas, que poderá ser do tipo PROJETO ou MANUTENÇÃO.

2.2.3.1 - Por PROJETO, entende-se o desenvolvimento de código (*software*) a partir das premissas registradas na Ordem de Serviço;

2.2.3.2 - Por MANUTENÇÃO, entende-se a atualização de código (*software*) pré-existente a partir das premissas registradas em Ordem de Serviço.

2.2.4 - A quantidade de postos de trabalho demandados à Contratada deverá constar na abertura da OS.

2.2.4.1 - O somatório de postos de trabalho previstos em todas as Ordens de Serviço não poderá exceder o quantitativo máximo de postos de trabalho previstos no edital.

2.2.4.2 - Fica a critério do Contratante a alocação ou não da totalidade dos postos previstos em função da demanda e disponibilidade orçamentária ao longo da execução.

2.2.5 - Cada posto de trabalho previsto neste contrato deverá cumprir 8 horas de expediente, observada a legislação trabalhista vigente.

2.2.5.1 - Não haverá remuneração adicional da Contratante à Contratada no caso de execução de jornada de trabalho diária superior a 8 (*oito*) horas.

2.2.6 - A Contratante definirá, por Ordem de Serviço, os dias e horários em que ocorrerão as reuniões e demais atividades previstas no processo de desenvolvimento de software que requerem a presença de todos os profissionais da Contratada.

2.2.6.1 - As definições a que se refere o item 2.2.6 poderão ser alteradas durante a execução da ordem de serviço, mediante comunicação prévia à Contratada.

**2.3 - DO ESCOPO DA CONTRATAÇÃO:**

2.3.1 - Poderá ser solicitada no âmbito do serviço contratado a execução das atividades descritas no item 17.9 do Termo de Referência.

**2.4 – DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:**

2.4.1 - Os serviços deverão ser executados sob demanda, por meio de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

2.4.1.1 - O início da execução dos serviços será realizado em até 40 (*quarenta*) dias corridos após a emissão da 1ª OS.

2.4.1.2 - Nas demais OS's, o prazo de início dos serviços será de até 5 (*cinco*) dias úteis após a emissão das OS's ou na data de início constante da OS.

2.4.2 - As etapas de execução desta contratação, cujos prazos têm como referência inicial o fim da etapa anterior, constam da tabela abaixo:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura do contrato e do Termo de compromisso de manutenção de Sigilo	Até 5 ( <i>cinco</i> ) dias úteis da convocação para a assinatura do contrato
02	Publicação da Equipe de Fiscalização	Após a assinatura do contrato pelo Contratante
03	Reunião de alinhamento	Até o 5º ( <i>quinto</i> ) dia útil após a assinatura do contrato pelo Contratante
04	Início das emissões de Ordem de Serviço	Até 5 ( <i>cinco</i> ) dias úteis após a aprovação da OS

05	Fechamento de Ordem de Serviço	Até 15 ( <i>quinze</i> ) dias úteis após a entrega do produto Declarações
06	Medição mensal das OS emitidas	Entre o dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês posterior com exceção ao 1º mês que será proporcional a assinatura contratual
07	Entrega do Relatório Gerencial de Serviços (RGS)	Até o 3º ( <i>terceiro</i> ) dia útil após o registro de cada ocorrência
08	Análise do Relatório Gerencial de Serviços (RGS)	Em até 5 ( <i>cinco</i> ) dias úteis após o recebimento do Relatório Gerencial de Serviços (RGS)
09	Reunião de avaliação do Contrato	Em até 5 ( <i>cinco</i> ) dias úteis após o recebimento do Relatório Gerencial de Serviços (RGS)
10	Reunião de validação das expectativas	Em até 15 ( <i>quinze</i> ) dias antes do encerramento da vigência do Contrato
11	Apresentação da documentação dos profissionais que compõe o contrato	Até 10 ( <i>dez</i> ) dias úteis após o recebimento da OS
12	Início da execução dos Serviços	Até 40 ( <i>quarenta</i> ) dias corridos após a emissão da 1ª OS. Nas demais OS's, o prazo de início dos serviços será de até 5 ( <i>cinco</i> ) dias uteis após a emissão das OS's ou na data de início constante da OS

### **3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

#### **3.1 - São obrigações do Contratante:**

3.1.1 - Prestar, por meio de seu gestor do contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado que venham a ser solicitados pela Contratada, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas neste contrato.

3.1.2 - Efetuar o pagamento devido nos prazos estipulados em cada etapa da execução e gestão do contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais, bem com as do Termo de Referência.

3.1.3 - Disponibilizar os mobiliários, equipamentos e *softwares* para que a Contratada possa executar os serviços presenciais nos ambientes da Contratante conforme as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

3.1.4 - Exercer permanente fiscalização na execução do objeto, registrando ocorrências relacionadas a falhas no cumprimento do contrato, determinando ao preposto ou ao representante da Contratada as medidas necessárias à sua regularização.

3.1.5 - Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos profissionais ou representantes da Contratada às suas dependências com controle e supervisão das áreas técnicas da Contratante.

3.1.6 - Aplicar as penalidades previstas neste contrato, de acordo com as regras estabelecidas no Termo de Referência, assegurando à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

### **4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

4.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes no item 21 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo), partes integrantes deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

4.1.1 - Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

4.1.2 - Cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o

trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

4.1.2.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

4.1.3 - Cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4.1.4 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

4.1.4.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será **entregue no ato da assinatura do Contrato**.

4.1.5 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

4.1.5.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4.1.6 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

4.1.6.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo (s) empregado(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo VI do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração;

4.1.7 - O prazo máximo para apresentação das declarações e certidões mencionadas nos subitens 4.1.5.1 e 4.1.6.1 será de 30 (*trinta*) dias a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato pelo Contratante.

4.1.8 - Observar e cumprir as exigências acerca da qualificação e formação técnica dos profissionais envolvidos na execução do contrato, descritas no item 32 do Termo de Referência.

4.1.9 - Observar e cumprir todas as cláusulas constantes do Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico e da Ata de Registro de Preços, no que lhe for pertinente.

4.1.10 - A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21.

4.1.11 - Em cumprimento à Resolução nº 497, de 14 de abril de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, a Contratada deverá reservar, no mínimo, 5% (*cinco por cento*) das vagas para as mulheres incluídas em uma das seguintes situações:

- I – mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar;
- II – mulheres trans e travestis;
- III – mulheres migrantes e refugiadas;
- IV – mulheres em situação de rua;
- V – mulheres egressas do sistema prisional; e
- VI – mulheres indígenas, campesinas e quilombolas.

4.1.11.1 - Pelo menos metade do total de vagas reservadas deverão ser destinados a mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar.

4.1.11.2 - As demais vagas reservadas deverão ser preenchidas por mulheres integrantes dos grupos indicados nos incisos II a VI do subitem 4.1.11, cabendo a definição ao Tribunal ou Conselho, observadas as peculiaridades regionais.

4.1.11.3 - As vagas serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas.

4.1.11.4 - O percentual mínimo de mão de obra estabelecido no subitem 4.1.11 deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

4.1.12 - A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto no subitem 4.1.11.

4.1.13 - A aplicação da política do subitem 4.1.11 ficará sujeita ao estabelecimento de parcerias, por meio de convênios, acordo de cooperação técnica ou outros instrumentos, com instituições públicas, organizações da sociedade civil ou, ainda, com outros organismos e instituições credenciadas que atuem na atenção aos grupos mencionados, que se encontram em fase de tratativas no Contratante.

4.1.14 - A Contratada está obrigada a viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

4.1.15 - A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização.

4.1.16 - Será considerada falta grave, caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, e o não recolhimento do FGTS dos empregados que poderá dar ensejo à rescisão da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do inciso III do art. 156 da Lei 14.133/21.

4.1.17 - Os fiscais deste Contrato poderão solicitar, por amostragem, aos empregados terceirizados que verifiquem se as contribuições estão ou não sendo recolhidas em seus nomes.

4.1.18 - A Contratada é obrigada a viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

4.1.19 - A Contratada deve apresentar, mensalmente, a Certidão de Regularidade do FGTS.

4.1.20 - Constatada qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias e no recolhimento do FGTS dos trabalhadores terceirizados, a situação será comunicada aos órgãos competentes.

4.1.21 - A Contratada deverá apresentar, antes do início da prestação dos serviços, apólice de seguro de vida dos prestadores de serviços vinculados a este Contrato, em conformidade com a disposição constante da Convenção Coletiva firmada pelo Sindicato representativo de cada categoria profissional, vigente na data prevista para a abertura da licitação.

4.1.22 - É vedado à contratada:

4.1.22.1 - Transferir responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

4.1.22.2 - Transferir a execução, total ou parcial, do objeto da contratação a terceiros.

## **5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

5.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte maneira:

5.1.1 - **Provisoriamente** - Pelo Fiscal Técnico, mediante o registro de recebimento do documento fiscal no Portal do SIGEO, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

5.1.2 - **Definitivamente** - Pelo gestor do Contrato e pelo fiscal requisitante, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

5.1.2.1 - O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

5.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

5.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir,

remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas no art. 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

5.5 - As condições em que serão realizados o recebimento provisório e o recebimento definitivo do objeto estão descritas no item 27 do Termo de Referência.

5.6 - O TRF-2ª Região designará servidor(es) para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

6 - **CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA REPACTUAÇÃO, DO REAJUSTE E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:**

6.1 - **DO PREÇO**

6.1.1 - Planilha de Especificação e Formação do Preço:

	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Qty	Preço Unitário (R\$)	Preço Mensal (R\$)	Preço Anual (R\$)
Grupo 1	1	Analista Programador Java nível Sênior	08			
	2	Analista Programador PHP nível Sênior	14			
	3	Analista Programador Python e IA nível Sênior	04			
	4	Líder Técnico – Analista-Programador Java nível Sênior	02			
	5	Líder Técnico – Analista-Programador PHP nível Sênior	02			
VALOR TOTAL REGISTRADO:						

6.1.2 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);

6.1.3 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes aos serviços deverão estar incluídas no preço proposto;

6.1.4 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2025, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no artigo 25 do Decreto nº 11.462/2023.

6.2 - **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 62.725,59 (*sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos*) ou em até 10 (*dez*) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 62.725,59 (*sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos*).

6.2.1.1 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

6.2.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

6.2.1.3 - Para fins do disposto no subitem 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.2 - O pagamento do serviço estará vinculado ao atendimento dos níveis mínimos de serviço exigidos, conforme regras constantes no Anexo VI do Edital - Níveis Mínimos de Serviço e Cálculo de Pagamento.

6.2.3 - O documento fiscal referente à contratação deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal SIGEO – JT, para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento, cujos procedimentos serão registrados no mencionado sistema.

6.2.3.1 - Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a Contratada terá acesso ao Portal SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

6.2.3.2 - A Contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO – JT, visando à apresentação do documento fiscal.

6.2.3.3 - Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente via SIGEO.

6.2.3.4 - Caso já exista cadastro realizado pela Contratada vinculado a outro Órgão, deverá ser procedida a regularização, de modo que seja alterada sua vinculação para este Tribunal;

6.2.3.4.1 - Caso o cadastro existente tenha sido feito por outro Órgão, o fornecedor deverá diligenciar junto ao referido Órgão, no sentido de que lhe seja atribuída a responsabilidade pelo próprio cadastro, de modo que possa prosseguir com a nova vinculação.

6.2.4 - Os documentos abaixo descritos deverão ser enviados para o e-mail [notafiscal@trf2.jus.br](mailto:notafiscal@trf2.jus.br):

6.2.4.1 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos profissionais da empresa contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante;

6.2.4.2 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos trabalhadores, controlada pelo contratante, através de folha de ponto/relatório de ponto biométrico, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre este valor.

6.2.4.3 - A folha de pagamento e os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;

6.2.4.4 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

6.2.4.5 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário;

6.2.4.6 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

6.2.4.7 - Comprovações de auxílio alimentação/refeição dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

6.2.4.7.1 - A comprovação da entrega de auxílio alimentação/refeição dar-se-á com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os empregados da Contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela mesma à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos empregados constante do Contrato, contendo o valor do auxílio-alimentação, data de recebimento e assinatura dos profissionais.

6.2.4.8 - Quadro resumo de frequências e faltas referentes ao mês;

6.2.4.9 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;

6.2.4.10 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador, com a devida homologação pela entidade sindical, se for o caso;

6.2.4.11 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas no Edital e no Contrato;

6.2.5 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

6.2.6 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nºs 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.

6.2.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;

6.2.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

6.2.8 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

6.2.8.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.2.8.2 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

### **6.3 - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE:**

6.3.1 - É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano.

6.3.1.1 - O interregno mínimo de 01 (um) ano será contado:

a) Os preços da mão de obra, a partir da data do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou sentença normativa vigente à época da data limite para apresentação da proposta.

6.3.1.1.a.1) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

6.3.1.1.a.2) Inexistindo convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços.

6.3.1.1.a.3) No caso da alínea anterior, inexistindo a mesma fonte utilizada para elaboração do orçamento inicial, poderá ser utilizada nova fonte, desde que devidamente justificado.

b) No caso dos preços de insumos, materiais e equipamentos, a partir da data limite para apresentação da proposta.

6.3.1.1.b.1) Os preços de insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, serão reajustados a partir da data limite para apresentação da proposta, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes.

c) Os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data que ocorrer a repactuação da mão de obra.

d) Os insumos, materiais e equipamentos serão reajustados simultaneamente com a mão de obra quando decorrido, no mínimo, o interregno de 01 (um) ano previsto na alínea “b”.

e) Quando o interregno mínimo de 01 (um) ano previsto na alínea “d” não tiver sido cumprido, serão repactuados exclusivamente os custos vinculados à mão de obra.



6.3.2 - Os reajustamentos de preços serão precedidos de solicitação da Contratada, e acompanhados de:

6.3.2.1 - No caso das repactuações:

- a) documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados, quando for o caso;
- b) novo acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei, que fundamentam o pedido de repactuação;
- c) demonstração da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas analíticas de composição de custos e formação de preços;
- d) documentos que comprovem que a Contratada já arca com os custos decorrentes das disposições do novo acordo ou convenção coletiva.

6.3.2.2 - No caso de reajustes, dos índices oficiais de preços previstos no Contrato e do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

6.3.3 - É vedada a inclusão, por ocasião dos reajustamentos, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

6.3.4 - Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

6.3.5 - Os reajustamentos de preços produzirão efeitos financeiros:

6.3.5.1 - No caso de reajustes, a partir da implementação do direito da Contratada, conforme fixado no Contrato, tendo por referência a data limite de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conforme estabelecido no Contrato;

6.3.5.2 - No caso da repactuação, a partir da data prevista no acordo, ou na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa ou lei, motivadores do pedido de repactuação.

6.3.6 - Os reajustamentos subsequentes ao primeiro produzirão efeitos financeiros 01 (um) ano a contar da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ou reajuste ocorridos.

6.3.7 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

6.3.8 - O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 01 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no subitem 6.3.2.1.

6.4 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

6.4.1 - Será destacado do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal - CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

- 6.4.1.1 - Férias;
- 6.4.1.2 - 1/3 constitucional;
- 6.4.1.3 - 13º Salário;
- 6.4.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;
- 6.4.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

6.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013, 183/2013, 248/18, 301/2019 e 523/2023-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Submódulo 2.1 da IN 05/2017 - MPDG RAT	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
13º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21

Incidência do Grupo A (*)	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Encargos a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78
Taxa de conta-depósito vinculada, conforme inciso IV, art. 3º da IN 01/2016-CJF (**)				
<b>Total a contingenciar</b>				

Obs.:

(\*) - A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da Contratada;

(\*\*) – Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser destacado da fatura e devolvido à conta-depósito vinculada, nos termos do inciso VIII do artigo 17 da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pelas Resoluções CNJ nº 183/2013, nº 248/2018, nº 301/2019 e nº 523/2023.

6.4.3 - Os valores das rubricas indicadas no subitem 6.4.1 serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

6.4.3.1 - Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

6.4.4 - Os depósitos devem ser efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

6.4.5 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (*vinete*) dias, contados da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - e de Termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

6.4.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.4.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

6.4.8 - A abertura e manutenção da conta-depósito vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.

6.4.9 - A Contratada poderá:

6.4.9.1 - solicitar, durante a execução do Contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 6.4.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta corrente dos empregados;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (um) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato da categoria, com a comprovação de depósito em conta corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

6.4.9.2 - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta corrente dos empregados, exclusivamente para pagamento das verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pelas Resoluções nºs 183/2013 e 248/2018 e pela IN 1/2016-CJF, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;

b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT, homologado, se exigível) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

6.4.9.3 - Nas hipóteses do subitem 6.4.9.2, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT), no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do pagamento.

a) Após a comprovação indicada no subitem anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

6.4.10 - O pedido da Contratada deverá conter, além dos documentos citados no subitem 6.4.9, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta- depósito vinculada - bloqueada para movimentação - nas proporções que foram destacadas para cada empregado durante a vigência do Contrato.

6.4.11 - O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - previsto no subitem anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 6.4.1.

6.4.12 - O Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 6.4.9.1, depois de confirmado o pagamento das verbas trabalhistas destacadas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

6.4.13 - Todos os termos da Resolução nº 169, de 31/01/2013, do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções n.ºs 183/2013, de 24/10/2013, 248/2018, de 24/05/2018, 301/2019, de 29/11/2019 e 523/2023, de 22/09/2023 do mesmo Conselho, e da Instrução Normativa CJF-INN-2016/00001 deverão ser observados na execução contratual.

## **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

7.1 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF - 2ª Região, na época da realização da despesa:

PTR	Natureza da Despesa	Nota de empenho
168.420 (Ações de Informática)	3.3.90.40.07 (manutenção corretiva/adaptativa e sustentação de softwares)	
	4.4.90.40.01 (desenvolvimento de software)	

7.2 - Nas parcelas referentes ao exercício de 2026, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

## **8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES:**

8.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no item 23 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

#### **9 - CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO:**

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital e na Lei nº 14.133/2021.

9.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

9.3 - A extinção mencionada no item anterior se será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### **10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

10.1 - O fornecimento contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 9/2025, e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII;
- b) Proposta datada de \_\_/\_\_/2025 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados.
- c) Ata de Registro de Preços nº \_\_/2025, constante do Anexo VII do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 9/2025.

10.2 - Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão às condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

#### **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:**

11.1 - O Contratante nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do que estabelece o artigo 29 da Instrução Normativa nº 94/2022/SGD/ME, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

11.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

11.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados;

11.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais;

11.4 - A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do TRF2, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados;

11.5 - As irregularidades detectadas pela fiscalização do TRF2 serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

#### **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

12.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato pelo Contratante, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 - A pelo menos 60 (sessenta) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que se manifeste, dentro de 03 (três) dias contados do recebimento da consulta, sobre seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

12.3 - Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

12.4 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar

num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

12.5 - Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos do item 22 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

12.6 - Após o prazo de vigência inicial, o Contrato poderá ser prorrogado por meio de aditamento, nos termos supracitados, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:

12.6.1 - os serviços tenham sido prestados regularmente;

12.6.2 - a Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 03 (*três*) vezes no Contratante, a cada período de vigência do Contrato;

12.6.3 - o Contratante tenha interesse na continuidade dos serviços;

12.6.4 - o valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para o Contratante;

12.6.5 - a Contratada concorde com a prorrogação.

12.7 - A vantajosidade econômica para a prorrogação do Contrato, mencionada no subitem 12.6.4 desta Cláusula, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando:

12.7.1 - houver previsão contratual de que as repactuações dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuadas com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, previamente definidos no Contrato;

12.7.2 - houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos, materiais e equipamentos serão efetuados com base em índices oficiais de preços, previamente definidos no Contrato.

12.8 - Nos contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, os custos fixos ou variáveis não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados, mediante negociação e como condição para a renovação.

12.8.1 - A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, nos termos dos Acórdãos TCU n. 1904 /2007 e 3006/2010, ambos do Plenário.

12.8.2 - Em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme ditames da Lei n.º 12.526 /2011.

### **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA:**

13.1 - Na hipótese de exigência de prestação de garantia contratual, que constará, se for o caso, da minuta do termo de contrato, a Contratada ficará obrigada a apresentar a garantia no valor equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor do contrato a ser firmado, seja qual for a modalidade escolhida dentre as previstas no §1º do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

13.2.2 - Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

13.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

13.2.4 - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

13.3 - A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

13.3.1 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,1% (*um décimo por cento*) do valor mensal do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (*dois por cento*).

13.3.2 - O atraso superior a 25 (*vinte e cinco*) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor global do Contrato, a título de garantia.

13.3.2.1 - O bloqueio efetuado com base no subitem 13.3.2 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

13.3.2.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 13.3.2 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.3.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

13.4 - Em caso de contrato com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do Contrato para definição e aplicação do percentual previsto no subitem 13.1.

13.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

13.6 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

13.7 - Será considerada extinta a garantia:

13.7.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

13.7.2 - Com a extinção do contrato.

13.8 - O Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

13.8.1 - Caso fortuito ou força maior;

13.8.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo Contratante;

13.8.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

13.8.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do Contratante;

13.9 - Caberá ao Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 13.8.2 e 13.8.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo.

#### **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS:**

14.1 - A presente Cláusula tem por objeto atender aos dispositivos consignados na Lei nº 13.709/2018, e nas Resoluções nº 363 de 12/01/21 do CNJ e nº TRF2-RSP-2022/00031 de 01/04/2022 deste E. Tribunal.

14.2 - DOS AGENTES DE TRATAMENTO:

14.2.1 - Para efeitos de proteção dos dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato o Contratante e a Contratada assumem as obrigações de controladores de dados, na forma de controladoria conjunta, dada a convergência das finalidades do tratamento de dados pessoais no âmbito contratual.

14.3 - DAS OBRIGAÇÕES:

14.3.1 - As Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais coletados de acordo com a legislação vigente aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 13.709/2018, a Lei nº 12.965/2014 e o Decreto nº 8.771/2016 (Marco Civil da Internet), no que couber.

14.3.2 - Ficam as Partes obrigadas a adotar medidas de segurança, técnicas e organizacionais apropriadas contra o tratamento de dados não autorizado ou ilegal, a perda, a destruição acidental ou eventuais danos aos dados pessoais, incluindo as medidas estabelecidas em Políticas de Privacidade compatíveis com os ditames da lei (artigo 46, da LGPD).

14.3.3 - As partes garantem que:

a) o tratamento de dados pessoais será feito conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

b) o tratamento de dados pessoais será limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades da contratação, vedado às partes a utilização e/ou o compartilhamento dos dados pessoais para finalidade diversa, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal (artigo 6º incisos I, II e III, artigo 7º, § 3º da LGPD).

c) o eventual compartilhamento dos dados pessoais com outras empresas ou pessoas, na forma acima, deve se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual ou conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11, 14 e/ou 23 da Lei nº 13.709/2018.

d) será mantido registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizam para a execução deste contrato. A Contratada deverá disponibilizar ao Contratante, sempre que solicitado, toda informação e documentação necessárias para demonstrar cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato ou na legislação pertinente.

14.3.4 - A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados, servidores e/ou colaboradores acerca das obrigações e condições acordadas neste instrumento contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Contratante, cujas regras deverão ser aplicadas ao tratamento dos dados pessoais por eles realizados. A Contratada responsabiliza-se por eventuais descumprimentos.

14.3.5 - A Contratada deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Contratante relativos aos dados pessoais, em caso de desligamento do empregado, servidor e/ou colaborador das atividades inerentes à execução deste Contrato.

14.3.6 - As Partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares, nos termos previstos na LGPD e na legislação de regência, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, do Ministério Público, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais órgãos de controle.

14.3.7 - A Contratada deverá comunicar por escrito ao Contratante, em até 24 (*vinete e quatro*) horas, a ocorrência de qualquer incidente que implique risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao Contratante as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.

a) A Contratada poderá enviar informações de forma gradual somente no caso em que não disponha imediatamente de todas as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD.

14.3.8 - Em caso de subcontratação, a Contratada garante a assunção das obrigações referentes à proteção de dados pessoais pela subcontratada, devendo os serviços prestados por esta ser executados de acordo com o disposto neste Contrato. A Contratada assume responsabilidade administrativa e civil pelos atos por praticados pela subcontratada.

#### 14.4 - DA RESPONSABILIDADE:

14.4.1 - Eventual responsabilidade das Partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e em consonância com as disposições constantes da Seção III, Capítulo VI da LGPD.

14.4.2 - As Partes responderão administrativa e judicialmente se causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares dos dados pessoais tratados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD e à legislação de regência.

#### 14.5 - DO TÉRMINO DO TRATAMENTO:

14.5.1 - Encerrada a vigência do Contrato ou sendo verificado que os dados pessoais deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade, as Partes se comprometem a eliminar todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal, exercício regular de direito ou outra hipótese prevista na LGPD ou na legislação pertinente.

14.5.2 - Na hipótese de ajuizamento de ação trabalhista, as partes estão autorizadas a guardar os dados pessoais até o trânsito em julgado ou, sendo o caso, até a quitação dos valores devidos.

14.5.3 - A eliminação dos dados abrange todas as cópias existentes, em formato digital ou físico.

### 15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS:

15.1 - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

### 16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1 - O Contrato poderá ser alterado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

16.2.1 - No que se refere à alteração unilateral, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/21.

16.2.2 - As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

16.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º

andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-007, endereço eletrônico [dcont@trf2.jus.br](mailto:dcont@trf2.jus.br), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

16.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

**17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO:**

17.1 - Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

**18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO:**

18.1 - Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

---

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Presidente

---

RESPONSÁVEL  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HENRIQUE DE ARAGÃO PEDROSO**,  
**Diretor**, em 08/05/2025, às 18:32, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006.  
Nº de Série do Certificado: 3333545571928485941



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0973937** e o  
código CRC **95085B33**.